

## Ameaça de Brossard não intimidou bancários

### Reagan a Sarney: crescimento não

Haja cinismo! Para ele, "a prosperidade (do Brasil) não deve ser construída às custas dos outros (os EUA)". Pág.4



O presidente americano solicita de Sarney uma verdadeira rendição

#### EDITORIAL

### A força dos bancários

A greve dos bancários colocou a nu a desenfadada ganância dos banqueiros. Tanto assim que o próprio Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo concedeu uma elevação do piso salarial da categoria e um percentual de 5,8% de produtividade mais o IPC integral de março a agosto. Num gesto de inequívoca boa vontade as lideranças bancárias mostraram-se favoráveis a um acordo com base nestas resoluções. Mas os banqueiros se recusaram, considerando o TRT "muito liberal".

Além de se recusarem à negociação, os banqueiros adotaram sempre uma atitude provocativa. Em várias ocasiões os donos de bancos forçaram situações de confronto e, ao mesmo tempo, fizeram apelos para que o governo empregasse a violência policial contra o movimento grevista. Ficou evidente que, numa manobra suja, os banqueiros pretendem aproveitar a greve para pressionar o governo visando reduzir a taxa de depósito compulsório no Banco Central. Não concedem nada aos trabalhadores e ainda querem aumentar seus lucros.

A greve serviu também para reforçar a necessidade urgente de se abolir de uma vez por todas a intromissão dos generais nos movimentos reivindicatórios. O general Bayna Dennys, da Casa Militar da Presidência, intrometendo-se no assunto, declarou que "desta vez o governo vai endurecer", expressando a vontade dos setores mais à direita. Por sua vez, o general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do SNI, disse ter informações de que a maioria dos bancários não quer a greve. Entretanto as assembleias em praticamente todos os Estados contaram com uma participação maciça e a adesão a paralisação foi também muito expressiva.

Se o movimento paredista revela também força apesar de tantas pressões, fica evidente que

a greve não surgiu do cérebro de elementos com más intenções mas corresponde a uma necessidade objetiva da categoria, submetida a sacrifícios tanto no regime de trabalho quanto na questão salarial.

O presidente Sarney declarou, antes de viajar aos Estados Unidos, que qualquer divergência no setor salarial deve ser resolvida através da conciliação. Mas a atitude prática do governo e dos patrões não corresponde a esta diretriz. Como conciliar interesses se nem mesmo a proposta do TRT é considerada pelos banqueiros? Como falar em conciliação se a Polícia Federal e o SNI se intrometem para defender o patronato? Como aceitar que o ministro Brossard fale em cumprir a lei, quando no caso a Lei de Greve vem da ditadura militar e até hoje, apesar de muita conversa, a Nova República não revogou este instrumento de arbítrio e aprovou uma legislação democrática a respeito? Tudo isto mostra que, se algum complô se articula, é do patronato contra os trabalhadores. E o governo, ao considerar que tudo não passa de uma tentativa de derrubar o Plano Cruzado, colabora com o patronato.

Existem, é verdade, elementos inconseqüentes que atuam entre os trabalhadores. Existem os que pensam em se aproveitar da insatisfação generalizada para desestabilizar o governo. Mas é uma calúnia afirmar que tais concepções equivocadas tenham guardada na greve dos bancários. Cada vez mais este tipo de raciocínio se isola entre os trabalhadores e encontra o repúdio mais ostensivo. A intransigência e o clima de repressão é que, na verdade, criam condições favoráveis às provocações e servem igualmente à direita. O que os trabalhadores não aceitam é continuar submetidos ao arrocho e se for necessário vão à greve com firmeza e decisão.



Foto: Ailton S. Leite

PM hostiliza grevistas; nessa tarde, uma bomba decepcionou os dedos de um bancário

Apesar dos resultados desiguais e do futuro incerto em São Paulo, a greve nacional dos bancários deixou uma importante lição. Mostrou ao ministro Paulo Brossard - cumpridor de algumas leis e descumpridor de outras, conforme critérios obscuros - que a greve é um direito sagrado do trabalhador ante a ganância dos banqueiros & Cia.

Págs. 6 e 10

### "Parada" de Suplicy abala o PT em S. Paulo

A súbita "parada para pensar" do candidato ao governo paulista esconde divergências de fundo entre "lights" e "xiitas" na mais importante base do PT. Djalma Bom promete "dar a volta por cima" mas não reconhece a queda! Pág.3

### Magistério paulista pára por piso de cinco salários

A paralisação começou com a adesão de 70% dos professores da rede oficial. Pág.7

### UDR-Maranhão joga pesado na eleição

A TO revela com exclusividade a ficha de 12 candidaturas maranhenses a soldo do latifúndio, da grilagem e do crime. Pág.3

### Parlamento, vazio e desmoralizado

Em debate na Constituinte a composição e a função do parlamento brasileiro. Página 5

### Protesto contra Pinochet

Cerca de 400 pessoas realizaram quinta-feira, dia 11, um protesto diante do Consulado Chileno em São Paulo, contra o estado de sítio de Pinochet e o assassinato recente de lideranças como o jornalista José Carrasco. Um grupo de jovens chilenos queimou uma bandeira dos EUA. O cônsul recusou-se a receber um grupo de mulheres que repudiavam o assassinato de diversas chilenas, queimadas na "Morada de la Mujer" a mando do ditador Pinochet. Enquanto isso um boneco representando Pinochet era apreendido pela PM. Em meio a muita emoção, o ato encerrou-se com todos cantando músicas revolucionárias e o Hino Nacional do Chile.

O ato teve a presença da CGT, CUT, entidades estudantis, de jovens e mulheres, sindicatos e partidos políticos. A situação no Chile sob a nova e brutal ofensiva de Pinochet está na página 2.



Foto: Ailton S. Leite

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

A bandeira chilena tremulou no protesto de brasileiros e chilenos contra Pinochet

# Governo chinês liquida a estabilidade no emprego

Entra em vigor no dia 1º de outubro, na China, uma reforma trabalhista que institui o seguro-desemprego e elimina o dispositivo constitucional que assegura o pleno emprego - um dos pilares do sistema socialista. Como em qualquer país capitalista, as empresas poderão agora demitir e contratar trabalhadores de acordo com suas conveniências.

A atual direção chinesa, sob a batuta de Deng Xiaoping, introduziu no sistema produtivo do país nos últimos anos uma série de mudanças, batizadas de "reformas econômicas". É como parte delas que se pode entender a nova "reforma trabalhista" e captar seu sentido e suas conseqüências.

A palavra-chave das reformas econômicas é passar do planejamento central para uma certa "economia planificada de mercado". Para isto, as empresas, tomadas individualmente, adquiriram crescente autonomia para "atender o mercado". Os diretores podem fixar preços, determinar quantidade e qualidade da produção, comprar e vender máquinas e equipamentos levando em conta apenas suas necessidades de concorrência. Também o sistema de salários foi alterado: em lugar da remuneração integral pelo emprego, os trabalhadores passam a receber por produção.

Ao contrário de políticos em véspera de eleições ou de governos demagógicos, o socialismo assegura de fato o direito - mais ainda, o dever - de todo trabalhador a ter seu posto de trabalho. Isto porque a economia socialista administra o país inteiro como se fosse uma única fábrica, através do planejamento central. Assim, destina a cada empresa máquinas, recursos financeiros, matérias-primas e mão-de-obra suficientes para que cumpra metas determinadas de produção e coloque a



O mercado livre e a presença de multinacionais fazem parte do falso socialismo chinês

quantidade estabelecida de seu produto em circulação. O resultado é que a economia como um todo evolui harmonicamente.

## DESEMPREGO

É o conjunto das reformas econômicas, e não apenas a nova lei trabalhista, que líquida o pleno emprego. De acordo com dados oficiais, já no ano passado havia na China 45 milhões de desempregados. Acentuaram-se as desigualdades regionais, e hoje as cidades costeiras, que abrigam apenas 8% da população, detêm 23% do produto nacional bruto. Coincidentemente, é onde o governo chinês estabeleceu, em 1981, "zonas econômicas especiais", abertas ao capital estrangeiro.

A direção chinesa argumenta



para introduzir o seguro-desemprego que é preciso aumentar a produtividade do trabalho. A estabilidade seria um estímulo à acomodação, enquanto a "livre-concorrência" forçaria os operários a trabalhar mais e melhor. A experiência dos trabalhadores brasileiros mostra que, na ver-

dade, é aos capitalistas que interessa este tipo de concorrência, através da qual comprimem-se os salários e crescem os lucros - estes sim, pelo que se vê, transformados em novo carro-chefe da economia chinesa.

(Pedro Ivo)

# Acreanos contra base militar dos EUA na Bolívia

Um comitê unificado de solidariedade ao povo boliviano foi formado durante um ato na Universidade Federal do Acre, no dia 3.

O ato, convocado inicialmente pelo PC do B e depois reforçado pelo apoio dos demais partidos políticos, CUT, CGT e entidades sindicais e estudantes, destinava-se a protestar contra a instalação de uma base militar dos Estados Unidos na Bolívia, a 30 km de Brasiléia, município fronteiro, no

Estado do Acre. Os participantes do protesto deliberaram a realização de uma caravana para fazer uma manifestação pública na fronteira, reunindo moradores de Cobija (Bolívia) e Brasiléia (Brasil), repudiando a instalação da base. Segundo informações de fontes opositoristas bolivianas, os norte-americanos adquiriram uma área de mil hectares para a construção da base, onde já estão 160 militares ianques e três potentes helicópteros de guerra.

# Apoio dos argentinos para a Nicarágua

Cerca de 5.000 pessoas realizaram, no último dia 5, em Buenos Aires, uma manifestação de solidariedade com a Nicarágua e em repúdio à "política intervencionista" dos EUA nesse país centro-americano. Os argentinos vão enviar à Nicarágua um barco da "solidariedade e

da paz". Enquanto isso, a imprensa norte-americana iniciou a divulgação de "revelações" de funcionários do Departamento de Estado: os "contras" poderão ser treinados pela CIA, em território dos EUA, possivelmente em Porto Rico.

# Palestinos pela luta armada por liberdade

Cerca de 80% dos palestinos que vivem na Cisjordânia e na Faixa de Gaza - territórios ocupados militarmente por Israel, em 1967 - consideram justificados os "atos de força" no contexto da luta pela causa palestina, segundo uma pesquisa publicada pelo jornal "Al Jair", do setor árabe de Jerusalém.

Mais de 80% dos entrevistados (nos territórios ocupados vivem 1,3 milhão de pessoas) disseram que a violência faz parte da luta pela autodeterminação, enquanto 60% deles declararam que a "luta armada" é a tática mais eficiente para resolver o problema palestino.

# Generais corruptos presos nas Filipinas

A Justiça Militar das Filipinas, no dia 4, emitiu ordem de prisão preventiva para 46 oficiais - entre eles 28 generais e dois almirantes envolvidos em casos de corrupção durante o regime do deposto ditador Ferdinand Marcos.

Por outro lado, a presidenta Corazon Aquino

manteve um primeiro contato com Nur Misuari, líder da principal facção do movimento separatista muçulmano Frente Moro de Libertação Nacional, em luta armada há 14 anos pela criação de um Estado independente no sul do país (onde vivem cerca de 3,5 milhões de muçulmanos).

# Pinochet declara guerra à população

O governo do general Pinochet está desenvolvendo uma verdadeira operação de cerco e aniquilamento contra os democratas no Chile. Na semana passada, o ditador, a pretexto de um atentado que anunciou ter sofrido, afirmou: "Que os senhores políticos se dêem conta de que estamos no meio de uma guerra entre o marxismo e a democracia...

vamos encarcerar e expulsar todos esses que falam em direitos humanos e outras coisas".

O país foi colocado sob estado de sítio. Os bairros operários de Santiago, a capital, foram invadidos por tropas do Exército. O presidente da Organização dos Jornalistas do Chile, José Carrasco, foi seqüestrado por poli-

ciais em sua casa dia 8 e encontrado assassinado na manhã seguinte. O corpo de um professor, opositorista, também foi encontrado na rua com dois balaios na cabeça.

No dia 9 o governo ordenou a invasão de um avião argentino que trazia cerca de 30 opositores - acompanhados de delegações

brasileiras, argentinas, uruguaias, mexicanas, venezuelanas, inglesas, italianas e estadunidenses - de volta ao país. Os agentes da ditadura se apoderaram de papéis e anotações dos passageiros da aeronave a mandaram-na de volta a Buenos Aires.

## JORNADA DEMOCRÁTICA

Os acontecimentos ocorreram após uma Jornada Democrática realizada pelo povo chileno reivindicando o fim da ditadura. Nos dias 4 e 5 quatro populares foram mortos, 30 feridos e 500 presos, por participarem das manifestações. Logo depois Pinochet anunciou ter sido vítima de um atentado, responsabilizando as forças políticas de esquerda pelo ataque de que sua comitiva foi alvo no dia 8. Na ação, morreram 5 policiais e 12 ficaram feridos.

Mas Isabel Allende, exilada política e sobrinha do presidente Salvador Allende, deposto por Pinochet, afirmou que nenhuma hipótese pode ser descartada em relação ao atentado: "Nem mesmo a de um atentado preparado pelo próprio Pinochet ou a reação de algum setor dissidente das Forças Armadas interessado em desfazer-se de Pinochet".



Membros do governo Pinochet após a reunião onde foi decidida a imposição do estado de sítio

# Racistas enforcam mais três na África do Sul

Três membros do Congresso Nacional Africano (CNA) - principal organização de oposição política e armada ao governo racista sul-africano - foram enforcados no último dia 9, na prisão central de Pretória, sob a acusação de haver provocado a morte de seis pessoas, em dois atentados. Segundo o advogado dos militantes, eles afirmaram, antes da execução da sentença, que estavam dispostos a morrer por seu povo e que não queriam pedir clemência ao governo racista.

Os condenados à morte foram Subusiso Zondo, de 19 anos - acusado de haver colocado uma bomba em um supermercado -, Siphso Kulo, de 25 e Lucky Payi, de 20 - acusados do assassinato de um negro informante da polícia. Junto com os militantes do CNA, foram executados outros três pre-

tos comuns.

Este ano já foram executadas 82 pessoas na África do Sul. No ano passado, segundo dados oficiais, a pena de morte foi aplicada a 137 presos, dos quais 132 eram negros.

Três dias antes da execução dos negros acusados de "terrorismo", a polícia sul-africana havia matado pelo menos oito pessoas, ao tentar impedir - inclusive com o uso de helicópteros armados - o enterro coletivo de 21 negros em Soweto, mortos também pela polícia racista, na semana anterior.

Apenas uma parcela mínima das barbaridades da polícia sul-africana contra os negros está sendo divulgada, devido à rígida censura à imprensa, que impede o acesso dos jornalistas às chamadas "áreas de conflito".



Protesto contra enforcamento na África do Sul

**Estude o marxismo-leninismo**

<b>MARX</b>	
Origem do Capital	35,00
Questão judaica	35,00
Formações econômicas pré-capitalistas	31,80
Salário, preço e lucro	15,00
Trabalho assalariado e capital	12,00
Miséria da filosofia	79,00
Contribuição à crítica da economia política	77,00
O 18 - Brumário de Louis Bonaparte	54,00
O Capital - livro 1 - vol. I e II (não vende separado)	181,00
O Capital - livro 2 - vol. III	105,00
O Capital - livro 3 - vol. IV	79,00
O Capital - livro 3 - vol. V	91,00
O Capital - livro 3 - vol. VI	91,00
<b>MARX e ENGELS</b>	
Sobre literatura e arte	108,00
Ideologia alemã	35,00
Obras escolhidas (3 volumes) cada	90,00
Manifesto do Partido Comunista	12,00
A Comuna de Paris	16,00
Escritos Militares	53,00
<b>ENGELS</b>	
Dialética da natureza	51,00
Anti-Dühring	52,60
Do socialismo utópico ao socialismo científico	19,00
Origem da família, da propriedade privada e do Estado	49,00
<b>LÊNIN</b>	
Sobre os sindicatos	35,00
O trabalho do partido entre as massas	35,00
O Estado e a Revolução	38,00
1905 - Jornadas revolucionárias	20,00
A revolução proletária e o renegado Kautsky	35,00
As 3 fontes e as 3 partes constitutivas do marxismo	20,00
A falência da II Internacional	21,00
Imperialismo - fase superior do capitalismo	31,00
O programa agrário	35,00
Teses de abril	45,00
Como iludir o povo	15,00
Sobre a emancipação da mulher	55,00
Um passo em frente, dois passos atrás	54,00
Dois táticas da social democracia na rev. democrática	54,00
Karl Marx e o desenv. histórico do marxismo	45,00
Obras Escolhidas em três volumes - cada um	90,00
Materialismo e empiriocriticismo	40,00

Pedidos com o envio de cheque nominal no valor da compra para a Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luis Antônio, 1.511, CEP 01317, São Paulo, fone 251-2729.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Trabalhadores mineiros: reação fria a uma campanha sucessória que poderia ter sido fácil

# Sucessão à mineira: fria, atrasada e contraditória

Com grande atraso e num clima de frieza popular, começou afinal a campanha pela sucessão em Minas Gerais. Também, pudera: de um lado há um candidato do PMDB que não representa a trajetória nem a mensagem do PMDB; do outro, um postulante que se diz progressista mas serve ao conservador PFL, que lança Aureliano Chaves para a Presidência da República.

De fato, no comício de lançamento de sua campanha, o candidato do MDP (Movimento Democrático Progressista), Itamar Franco, assistiu também ao lançamento de Aureliano para presidente. Isto quando Itamar tem insistido que voltará ao PMDB no dia 16 de novembro.

Minas chegou a tal situação após um processo tortuoso, em que o próprio governador Hélio Garcia, tido como o mais popular do país e detentor do controle do PMDB, ficou à margem da convenção e só quase um mês depois decidiu apoiar o candidato escolhido, Newton Cardoso. Para se compreender este emaranhado, a chave é a importância nacional da sucessão em Minas, um dos vértices onde se decide a sucessão presidencial.

## OS PROJETOS MINEIROS

As classes dominantes mineiras procuravam, com Tancredo Neves e depois com Hélio Garcia, desenvolver um projeto político de alcance nacional, com sustentação no PMDB e no governo do Estado.

Na atual campanha, a candidatura de Itamar Franco entra no esquema Aureliano. Tem apoio de uma coligação PFL-PTB-PL-PDT-PCB-PSB, mas sem dúvida é o PFL o partido forte. Apenas, para disputar o comando da política mineira, o PFL teve de buscar um artifício, com a adesão dos outros

partidos, pouco expressivos no Estado, e a escolha de um candidato, de origem peemedebista. Após a derrota de 1982 e a projeção nacional de Tancredo, as forças do antigo PDS que se reaglutinaram no PFL mineiro não tinham outra maneira de disputar eleições majoritárias - como mostrou a lição da Prefeitura de Belo Horizonte.

E o que significa o PFL de Minas? É a mais importante seção estadual peemedebista, inclusive com um candidato a presidente. Sua composição é extremamente conservadora, reacionária. Mesmo tendo cumprido um papel democrático na vitória de Tancredo, não tem tradição democrática, nem compromisso com a soberania nacional ou muito menos ligação popular. Joga hoje na vitória de Itamar Franco buscando a volta de Francolino Pereira, Eliseu Resende, Levindo Coelho e outros.

## E O PMDB?

O PMDB mineiro tinha todas as condições de jogar um papel progressista nestas eleições, simpatia popular e implantação na maioria dos municípios. Enfrentaria um pleito relativamente fácil caso tivesse sabido conduzir a escolha de seu candidato. Porém a ação de sapa de alguns, os erros de outros e as pretensões políticas do governador levaram à pior solução possível. A disputa entre os aspirantes à can-

didatura exauriu e desgastou o partido. A apenas três dias da convenção, amplas forças da legenda se uniram em torno da chapa Pimenta da Veiga. Enquanto isso, Newton Cardoso vinha se preparando há três anos, corrompendo e alienando delegados. Com a omissão de Hélio Garcia, o confronto deu no que deu.

O candidato Newton Cardoso, mesmo atuando no PMDB há muito, não representa politicamente o PMDB. Sua trajetória tem marca autoritária, truculenta frente ao movimento popular. A opção por ele é uma derrota do projeto político do PMDB mineiro, que, mesmo hegemonizado pela ala conservadora, tem sido campo de atuação de um importante setor democrático com vínculos junto ao movimento popular. No passado, esta convivência permitiu sucessivas vitórias. Agora, contudo, as forças democráticas peemedebistas recusam um engajamento na campanha Newton Cardoso. Alguns, sem maior análise, equivocadamente aderem à campanha Itamar. A maioria se omite, ou apóia Newton de forma passiva. O governador dá sustento a Newton Cardoso, porém apenas como saída para suas pretensões políticas futuras.

O PC do B, em recente decisão de seu Diretório Regional, resolveu não apoiar nenhuma das candidaturas, optando por uma postura de crítica aos dois projetos e concentrando seus esforços na Constituinte. Os comunistas têm a dimensão de seu gesto e dos riscos que envolve, mas enfatiza seus compromissos com o avanço democrático e popular. (da sucursal)

# Os planos eleitorais da UDR no Maranhão

Com tiragem de 200 mil exemplares e data de 7 de setembro, a *Tribuna Operária* publicou uma edição especial dedicada ao quadro eleitoral do Maranhão. Além de expor os vínculos do candidato a governador do PDS, João Castelo, com a multinacional Alcoa, do alumínio, a edição traz uma impressionante lista das "candidaturas maranhenses mais ligadas ao crime, à UDR, ao latifúndio e à grilagem".

## Davi Alves Silva, que "corta cigarro a bala"

É homem de confiança do senador João Castelo, candidato a governador pelo PDS. Deputado estadual do PDS, pretendente à Constituinte, tem fama de "cortar cigarro a bala de revólver". Começou sua carreira como pistoleiro, em Bom Jardim. Está envolvido em grilagens que vão do Caru até São Luís, povoado de Tijupá Queimado. Responde a um inquérito policial por fraudes contra a Previdência e emissão de carteiras falsas do Inamps. Também está sendo executado por dívidas. Em pagamento ofereceu uma chácara que não é sua, pois seu proprietário, há dez anos, é o agropecuarista Clinton de Melo, de Imperatriz. O verdadeiro dono, desesperado, telegrafou ao ministro da Justiça: "peço-lhe ajuda no sentido de que minha fazenda seja restituída sem que precise me tornar pistoleiro".

## Francisco Coelho, ex-prefeito grileiro

Concorre a deputado estadual pelo PDS, com base em Santa Luzia, onde foi prefeito e grileiro de terras. Juntamente com o falecido pistoleiro Assis Pinto, é apontado como responsável pelo assassinato dos lavradores Zizi e Nonatinho.

## Antônio Gaspar, senhor da cerca que não parava

Candidatou-se a deputado federal pelo PMDB. Foi denunciado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viana, numa "Carta aberta aos trabalhadores do Maranhão", por promover a expulsão de famílias de agricultores em uma área de terra chamada São João. A cerca do atual candidato se estendia cada vez mais sobre as roças, até que as vítimas decidiram, conjuntamente, cortar alguns dos seus muros. Todos os lavradores foram presos e enquadrados na Lei fascista de Segurança Nacional.

## José Lócio, vulgo "o Caiado do Maranhão"

Candidato à Constituinte. Auto-intitulou-se "o Caiado do Maranhão" - designação que considera uma honra, argumentando que a entidade dos latifundiários, com seu trabalho de sabotagem, está colocando a reforma agrária "no caminho da paz".

## Jaci Soares doou bois contra reforma agrária

Membro da UDR, pretendente à Assembleia Legislativa, doou bois e fez discursos contra a reforma agrária.

## Antônio Calixto, acusado de ordenar espancamentos

É um dos maiores proprietários de terras do Maranhão. Suas grilagens se concentram na região tocantina, em Imperatriz, Vila dos Martírios e São Pedro da Água Branca. É acusado de devastar babaquais e de ordenar o espancamento até de mulheres e crianças. Quer uma vaga na Constituinte.

## Nelson Castilho tenta expulsar 200 famílias

Candidato a deputado estadual pelo PMDB, tem apoio de fazendeiros do município de Grajaú. Recai sobre ele forte suspeita de haver grilado 40 mil hectares às margens do rio Pindaré, em Bom Jardim, onde tenta expulsar 200 famílias de lavradores de suas posses.

## Magno Barcelar, o presidente de honra da UDR

Membro de tradicional família de latifundiários na região de Itapicuru. É conhecido por explorar o pagamento de renda dos lavradores e expulsá-los de suas terras. Concorre ao Senado. Foi escolhido, merecidamente, presidente de honra da UDR.

## José Teixeira, dono de uma fortuna mal explicada

Já foi secretário do Planejamento, da Fazenda e da Casa Civil no governo Luiz Rocha. Defende a UDR e insulta a Igreja através de seu jornal, "Diário do Norte". Enriqueceu de maneira nunca explicada, após ocupar a Secretaria da Fazenda. Um preposto seu, o economista Nelson Frota, que o substituiu no posto, também se tornou, misteriosamente, um milionário dono de construtoras e fazendas de cavalos de raça. Concorre a deputado federal pelo PFL.

## Petrônio Gonçalves faz campanha milionária

Médico, de uma família de grandes latifundiários, sai candidato a deputado estadual pelo PTB. Tem o apoio da UDR da região do Tocantins, Açailândia e Imperatriz, pois seu irmão é da diretoria da organização. Faz sua campanha com base no abuso do poder econômico.

## José Geraldo e seus pistoleiros de Sta. Luzia

Deputado estadual há duas legislaturas, concorre à reeleição, em dobradinha com Antônio Calixto, e se diz orgulhoso de ser "compadre de alma" de Davi Alves Silva. Mantém pistoleiros atuando na região de Santa Luzia e já foi apontado várias vezes na imprensa maranhense como responsável por crimes ocorridos em São Luís.

**Tribuna Operária**  
ANO VII - NÚMERO ESPECIAL - 07 DE SETEMBRO DE 1986 - C\$1,00

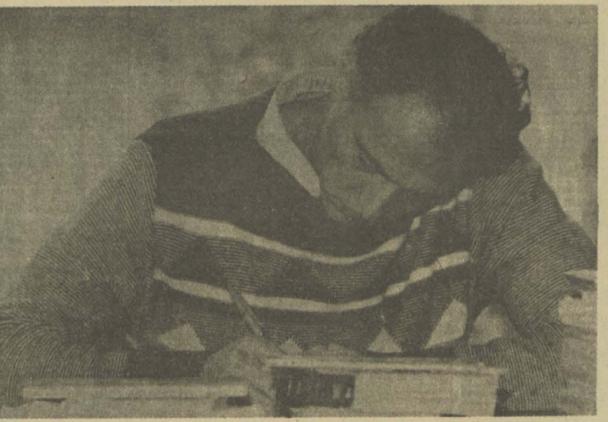
**Os candidatos do latifúndio**

**Ventos de mudança**  
Nesta edição, pela primeira vez no Maranhão, as forças da democracia se uniram para enfrentar, no apoio a candidatos Calixto, Calixto, Calixto. É a resposta a um antigo projeto. É também oportunidade de trazer para o Maranhão os ventos de mudança que varreram o Brasil. Mas ainda porque, de outro lado, está o desgastado PDS, dos beneficiários da reforma agrária. Ponto a honra de se vencer na mudança social. É a Assembleia Constituinte que decidirá o futuro do Brasil. O povo não pode deixar que o Maranhão seja representado no Congresso por gente como a família Calixto, pistoleiros, latifundiários e grileiros de toda sorte, que se organizam na UDR para impedir a reforma agrária. Zizi, que está no PDS, PFL, PMDB e outros partidos, acusado em momentos de delírio, vai tentar corrigir a concessão do dinheiro a todo custo. A eleição de Calixto e de constituintes progressistas depende da participação popular, nos comícios, nas feiras, reuniões e paradas. Só esta participação dará peso às propostas de reforma agrária com fim do latifúndio, suspensão da dívida externa, criação de uma banca estadual operária e concessão ao Congresso, igualdade de direitos de mulher, jornada de 40 horas semanais. E só ele vai garantir, através, a reforma de todos os compromissos assumidos durante a campanha.

**A Tribuna Operária publica uma lista das candidaturas maranhenses mais ligadas ao crime, à UDR, ao latifúndio e à grilagem no Estado do Maranhão. Confira na pág. 3**



Djalma (acima) não tirou as consequências da crise que fez Suplicy "parar para pensar"



# PT paulista tenta volta por cima sem reconhecer a queda

Numa concorrida reunião do PT de São Paulo, segunda-feira dia 8, para discutir a crise evidenciada com a "pausa para pensar" do candidato Eduardo Suplicy, o presidente regional do partido, deputado Djalma Bom, contrariou o ensinamento do conhecido samba: prometeu "sacudir a poeira e dar a volta por cima", mas não reconheceu a queda.

Horas antes, numa coletiva à imprensa, Djalma usara a mesma imagem, e desconversara quando indagado diretamente sobre a queda na campanha do PT. Ao longo de toda entrevista, Suplicy, evasivo, esquivava-se de explicar o que de fato ocorreu. Contudo, à noite, na reunião com a direção partidária e todos os candidatos petistas, vários deles ainda perplexos, Suplicy deu algumas pistas sobre o que realmente levou-o a interrom-

per a campanha por quatro dias e refugiar-se numa casa de campo.

"Nós somos um pouco diferentes uns dos outros", lembrou o candidato, referindo-se às fileiras do PT. Fez também uma indagação: "Eu preciso perguntar a vocês o que é que precisam de mim". Queixou-se de que "o comitê eleitoral unificado (do PT) baixou o pau em tudo que eu fiz durante uma semana". E na conclusão da longa fala (40 minutos) fez mais uma lembrança: "Eu sou desse jeito. Foi assim que vocês me aceitaram".

## BAIXO ASTRAL

São afirmações insuficientes para se formar uma visão precisa do que ocorreu com a campanha Suplicy, mais ainda porque a direção petista também se fecha em copas sobre o assunto. Mas foram suficientes para criar um ambiente de

ostentosa depressão na reunião de segunda-feira. Quando as inscrições foram abertas, a candidata a deputada estadual Rosalina Santa Cruz disse ao microfone o que muita gente ali comentava nos corredores: "Saimos daqui de baixo astral, novamente. A gente está saindo disperso, sem pique..."

Num plano mais geral, o incidente se enquadra na luta entre um PT apelidado de "light" e outro rotulado de "xiita". Os "lights", que têm Suplicy um exemplar típico, e buscam uma via mais descompromissada, um pouco ao estilo de Gabeira no Rio, que passa a ser citado como exemplo. A gente os "xiitas", de diferentes tipos, insistem na linha fechada e sectária sem concessões. Difícil, mesmo, é fazer as duas alas conviverem entre si e, pior ainda, conduzi-rem a campanha com um mínimo de eficácia.

# Horário gratuito: malufistas querem Constituinte de fora

Começa domingo, dia 14, o horário eleitoral gratuito no rádio e televisão. A lei afirma expressamente que no mínimo a metade de cada partido deve ser dedicada à propagação para a eleição da Constituinte. Mas há quem não goste disso. Em São Paulo, a coalizão malufista do PDS com o PFL e companhia tentou jogar a Constituinte para escanteio...

Os malufistas fizeram uma consulta formal por escrito ao Tribunal Regional Eleitoral. Sua intenção, vetada pelo TRE, era jogar a parte da Constituinte para o horário gratuito matutino (das 8 às 9 horas), quando a maioria dos aparelhos de TV está desligada; e reservar para Paulo Maluf o horário nobre, à noite (das 20:30 às 21:30).

A manobra frustrada em São Paulo faz parte de um verdadeiro rolo compressor dos setores conservadores e direitistas buscando deixar na marginalidade a discussão sobre a Constituinte. Acusam o dispositivo que reserva metade do tempo para ela de ter inspiração casuística, já que os deputados federais e senadores que o votaram têm interesse direto no assunto, pois assim garantem seu espaço na TV para tentar a reeleição. Contudo, mesmo que possa haver quem tenha votado com essa intenção, a

medida tem um mérito indiscutível: ajudará a popularizar entre os brasileiros o debate sobre a Constituinte, hoje abafado pelo conservadorismo dominante.

## CONSPIRAÇÃO DO SILÊNCIO

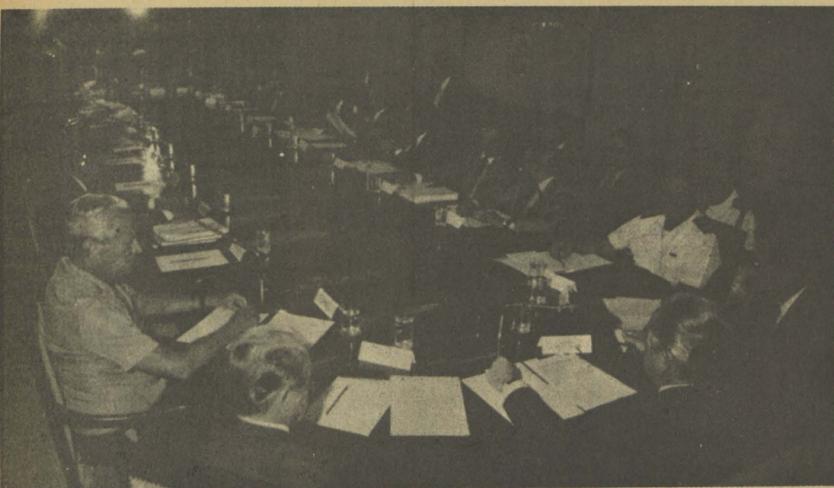
Até o momento são as sucessões estaduais que têm um predomínio quase arrasador na campanha. Em todo o Brasil o que se comenta, aqui mais, ali menos, é quem governará o Estado nos próximos quatro anos. A discussão sobre como deverá ser a Constituição, o novo Estatuto do Brasil, quase não encontra espaço.

O horário gratuito introduz um fator novo nesta realidade. Ainda que os meios políticos conservadores ou simplesmente fisiológicos tentem driblar a lei, os setores avançados - maiores defensores e beneficiários do debate popular sobre

a Constituinte - passam a dispor de um veículo potente para jogar a discussão na rua. E uma vez rompida a conspiração do silêncio, o próprio povo se encarregará de descobrir, entre as propostas para a Carta Magna, as que correspondem aos seus interesses.

## DISTRIBUIÇÃO DESIGUAL

De um lado, há um sentido conservador no critério de distribuição da propaganda gratuita, imposto basicamente pelos atuais grandes partidos - embora ninguém possa garantir que eles continuem grandes após o 15 de novembro. O PMDB, PFL e PDS dividem entre si, em média, quase dois terços (65%) do horário. Outros 11 partidos com representação no Congresso Nacional se espremem no terço restante. E mais 17 partidos, habilitados a participarem da eleição, mas sem representação parlamentar, ficam inteiramente de fora. Entre eles está, por exemplo, o Passart do Rio de Janeiro, que na eleição do ano passado recebeu uma votação não desprezível. Ocorre que, mesmo com essa distribuição deformada, o horário gratuito tem um efeito que só a abertura das urnas poderá medir.



A reunião do Conin aprovou uma regulamentação do software favorável aos interesses dos EUA

## Governo submetido à chantagem de Reagan

"A prosperidade deve ser construída não à custa dos outros e sim dentro do princípio de benefícios mútuos". Foi com essa frase cínica que o presidente norte-americano, Ronald Reagan, recebeu o presidente José Sarney durante a visita deste aos Estados Unidos.

Reagan faz uma alusão à política brasileira no campo da informática e insinua que o Brasil vem tirando vantagens em suas relações econômicas com os EUA. Na realidade, ocorre justamente o contrário. Entre os dois países dá-se hoje, como em períodos históricos precedentes, a relação que é típica do espoliador para com o espoliado - mas com nosso país desempenhando o segundo personagem.

**POSIÇÃO PRIVILEGIADA**  
Os EUA têm uma posição privilegiada na economia brasileira. Entre outras coisas, são titulares de um terço da dívida externa, controlam também um terço do capital estrangeiro aqui instalado e consomem quase 30% das nossas exportações. Possuem, em função disto, um grande poder de fogo na determinação do destino do país e sabem valer-se muito bem desta situação para impor o interesse dos seus monopólios.

Tome-se o exemplo da informática, que foi o centro das atenções na viagem de Sarney. O governo Reagan intensifica as pressões para que a lei brasileira que reserva o mercado de micro



Sarney com o embaixador ianque, Shlaudeman

e mini computadores seja alterada em benefício dos capitalistas norte-americanos. A Casa Branca deverá enviar ao Congresso até o dia 16 um inquérito detalhado sobre os "prejuízos" que a lei causa aos empresários ianques. E vem ameaçando com fortes represálias, em especial no que tange à taxação de nossas exportações (feitas sobretudo para pagar a dívida externa). Uma arrogância que tem rendido lucros.

Antes de viajar para os Estados Unidos, Sarney determinou ao Conin (Conselho Nacional de Informática e Automação) a aprovação do direito autoral para software (programas de computadores). A decisão, polêmica e contrária aos interesses nacionais, ainda será submetida ao Congresso, mas a iniciativa do governo brasileiro foi tomada unicamente com a finalidade de agradar Washington, que vinha pressionando neste sentido.

Foi também para bajular o governo Reagan que a SEI (Secretaria Especial de Informática) aprovou a associação entre a empresa brasileira Gerda e a IBM,

maior multinacional norte-americana no ramo da computação, o que coloca em risco a reserva de mercado.

### CONCESSÕES DANOSAS

Com essas e outras concessões, o governo Sarney pretende demonstrar boa vontade junto ao imperialismo ianque objetivando abrir espaço para novos investimentos e empréstimos dos monopólios norte-americanos no Brasil. As autoridades buscam apresentar tais medidas como normais, alheias às pressões de Reagan e inclusive benefícios para a economia.

Na verdade, elas tendem a aprofundar ainda mais a dependência do país. São danosas aos interesses nacionais. O comportamento das multinacionais da informática que já estão instaladas no Brasil é um indicador insofismável: durante 10 anos compreendidos entre 1975 a 1985, elas remeteram para o exterior 354,9 milhões de dólares de lucros obtidos aqui, enquanto investiram e reinvestiram apenas 219,5 milhões de dólares, provocando um saldo negativo de divisas da ordem de 135,4 milhões de dólares.

## Mais de 500 no lançamento das teses do PCdoB

O presidente nacional do Partido Comunista do Brasil, João Amazonas, participou do lançamento do livro "Constituinte, propostas do PC do B", nos dias 8 e 9, no Rio de Janeiro e em São Paulo. No ato foi na Associação Brasileira de Imprensa, com a presença de mais de 500 populares. Na ocasião foi lançada a candidatura de Edmilson Valentim à Constituinte pelo partido dos comunistas. Entre os presentes estavam o candidato ao governo carioca, Moreira Franco; o senador Nelson Carneiro; o deputado José Colagrossi, Francisco Amaral, Márcio Moreira Alves, Sérgio Magalhães e Sérgio Bernardes, todos integrando a Aliança Popular e Democrática. Em São Paulo o lançamento ocorreu no auditório da Secretaria do Interior. Cerca de 300 pessoas assistiram à exposição de João Amazonas sobre as teses constitucionais propostas pelo seu partido.

### "DESPERTAR O POVO"

O líder comunista destacou que "a grande maioria da população não está desperta para o problema da eleição constituinte, que é de maior importância. Precisamos mobilizar todos os brasileiros. Abrir, do ponto de vista constitucional, o caminho para reformas estruturais no país. Essa batalha em que hoje nos empenhamos é a continuidade da luta pelas diretas. Precisamos conscientizar nossa gente, para que chegue a 15 de novembro com grande força e para que trave a luta também durante a elaboração da nova Carta Magna, dentro e fora do Congresso".

Amazonas afirmou que "as classes dominantes não estão interessadas em que o povo discuta as leis do país. E não há dúvida de que a primeira questão que se impõe é a do poder. E a Constituição brasileira estabeleceu o sistema presidencialista em nosso país". Após comparar o presidencialismo brasileiro a uma monarquia onde o rei é

eleito de tempos em tempos, o dirigente do PC do B propôs o fim do presidencialismo e a substituição por um governo de co-responsabilidade (entre os poderes Executivo e Legislativo).

Constatando que o Congresso brasileiro é um poder secundário e o Judiciário é dependente do Executivo, João Amazonas afirmou que o PC do B advoga também modificações no Congresso (como o fim do Senado, a formação de uma bancada classista e a exigência da presença dos parlamentares nas sessões, entre outras) e no Judiciário (fim da vitaliciedade do mandato de juiz, criação da Justiça Agrária etc.).

O presidente do PC do B ainda abordou a necessidade de pôr fim ao militarismo: "As Forças Armadas têm que ser apartidárias e não se intrometerem na vida política. Isso de as Forças Armadas reprimem o povo e entregarem o país ao imperialismo é um absurdo que tem que terminar".

Ao encerrar o ato, o dirigente regional do PC do B, Pedro de Oliveira, denunciou que a equipe que está gravando o programa do partido para o horário eleitoral na TV foi agredida por um grileiro em Aracatuba. Pedro de Oliveira conclamou ainda a que os comunistas atuem na divulgação das teses do partido em suas áreas de atuação. Estiveram presentes ao ato delegações de operários da Mapri, Mafersa e Siemens.

### OUTROS LANÇAMENTOS

Também em Vitória e Belo Horizonte ocorreram atos de lançamento do livro, com a presença do dirigente comunista Rogério Lustosa. Dyneas Aguiar participou dos lançamentos em Manaus, Boa Vista, Macapá, Belém, Campo Grande, Cuiabá, Porto Velho e Rio Branco. Renato Rabelo em Teresina e Fortaleza. Ronald Freitas em Curitiba e Florianópolis. Haroldo Lima na Bahia e José Reinaldo em Aracaju, Natal, Recife e Maceió.



Foto: Alton S. Leite

Amazonas: "Despertar o povo para o debate constituinte"

## Exército sai a campo protegendo torturador

Após a reabertura do caso Rubens Paiva, o ex-deputado assassinado sob tortura em 1971 numa cela do quartel da Polícia do Exército no Rio de Janeiro (veja TO nº 281), os militares entraram em cena na tentativa de evitar a apuração rigorosa do assassinato.

O próprio Exército divulgou nota oficial buscando livrar, de antemão, a cara dos assassinos de farda envolvidos no caso. Os generais, interpretando a lei a seu modo, afirmam que os torturados de Rubens Paiva estão livres de qualquer ação penal, pretensamente cobertos pela lei da anistia de 1979. O processo, segundo eles, deve-se restringir a um único resultado: apontar, se for o caso, a responsabilidade da União, sem incriminar ninguém em particular.

### INTOCÁVEIS

Assim, uma vez mais, os militares saíram impunes. Traduzindo de arrogância característica dos chefes de caserna, a nota do Exército

ataca raivosamente os que se opuseram ao regime militar referindo-se a "assassinos, seqüestradores e assaltantes que, hoje, livres, escrevem, a seu modo, a história".

Na verdade, nem mesmo a lei da anistia pode ser invocada em benefício dos torturadores, já que, em seu artigo 2º, exclui de seus favores os que praticaram crimes de sangue. É, não resta a menor dúvida, o caso daqueles que assassinaram Rubens Paiva e tentaram cinicamente encobrir o crime (o ex-deputado, diga-se de passagem, foi morto unicamente porque prestava ajuda humanitária aos perseguidos do regime).

Por sua vez, o deputado do PDS, coronel de reserva e membro do SNI Sebastião Curió (ele próprio envolvido em tortura e assassinato de opositores durante a guerrilha do Araguaia), além de afirmar que a reabertura do caso Rubens Paiva constitui "revanchismo", ameaçou: "Reabrir as feridas é um perigo muito grande".

## LSN ameaça vereadores de São Bernardo

A famigerada Lei de Segurança Nacional continua sendo brandida pelos militares. Cinco vereadores do PT e um do PSB de São Bernardo do Campo foram indiciados dia 4 em inquérito pela Polícia Federal e enquadrados com base na LSN. São acusados de ofensa às Forças Armadas porque protestaram contra a condenação, pela Justiça Militar, do diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Vicente Paulo da Silva. As seis novas vítimas da lei são Alberto Souza, Wagner Lino, José Ferreira, Laurentino Hilário e Manoel Anísio, todos do PT e Ramos de Oliveira, do PSB.

## Manifestação pela soberania reprimida no RJ

Dia 7 de setembro, um ato promovido em conjunto pela União da Juventude Socialista (UJS), União Nacional dos Estudantes (UNE) e outras entidades, em defesa da soberania nacional na Central do Brasil no Rio de Janeiro, foi duramente reprimido pela Polícia do Exército, que investiu contra os manifestantes apreendendo cartazes e procurando impedir a manifestação. Mesmo assim, ela ocorreu. Os candidatos do PC do B à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa, Edmilson Valentim e Jandira Feghali, discursaram denunciando a truculência dos militares. Mais de 70 soldados armados com fuzis e baionetas cercaram os manifestantes, roubando as faixas e espancando populares e crianças ao estilo do regime militar. São atitudes que, sem dúvida, não podem ser toleradas pelas forças democráticas.

## Mais um militante do PT é seduzido por Paulo Maluf

Mais um petista cede aos encantos das promessas de Maluf. Agora é o suplente de deputado estadual do partido, Juraci Batista Magalhães, que namora o candidato do PDS ao governo do Estado, Paulo Maluf. Dentro de poucos dias ele pode seguir o exemplo de José de Fátima Soares, o líder sindical que a CUT encontrou e promoveu em Guariba e hoje é um fervoroso aderente de Maluf (dizem à boca pequena que foi comprado por algumas moedas). Magalhães é o ex-diretor de gabinete da malfadada prefeitura de Diadema envolvido em vários dos episódios de corrupção que por lá ocorreram.

## Aplausos para as teses dos comunistas

Um debate sobre Constituinte realizado no colégio Heitor Penteado de Americana, em São Paulo, reuniu 700 estudantes do curso noturno dia 4. Eles ouviram as exposições dos candidatos a deputado federal Ralf Biasi, pelo PMDB, Waldemar Tebaldi, pelo PDT, do vice-prefeito Fernando Puppo, candidato pelo PC do B e dos candidatos a deputado estadual João Romano, pelo PDS e José Machado, PT. Uma pesquisa realizada entre os alunos e professores mostrou que as propostas do PC do B foram as que provocaram maior entusiasmo.

## PC do B faz 2º sábado vermelho no Amazonas

O PC do B de Manaus realizou dia 6 seu segundo "Sábado Vermelho", ocupando a praça da Matriz para debater com o povo a Constituinte e vender materiais de propaganda como as propostas dos comunistas para a nova Constituição. Com a participação de candidatos, inclusive os majoritários da coligação Muda Amazonas, a iniciativa desperta forte interesse do povo, inclusive vários camêloes. Um deles, seu Raimundo, que vendê frutas na praça, após entrar no PC do B manifestou o descontentamento da categoria com o governador Gilberto Mestrinho: "Eles nos perseguem há muito tempo. Agora ameaçaram nos retirar da Matriz, não sei para onde. É por isso que vamos votar na oposição", afirmou seu Raimundo. (da sucursal)

## Novos apoios à candidatura de Aluizio

A candidatura de Aluizio Arruda a deputado estadual pelo PC do B de Mato Grosso, já em pleno andamento nos bairros de Cuiabá, agora foi lançada em mais três municípios do interior. Em Cáceres (70 mil habitantes, a 215 quilômetros da capital), a inauguração de um comitê de campanha teve a participação de 150 pessoas. Em Tangará da Serra, outro município próximo a Cuiabá, ocorreu um ato marcante de lançamento, com a Câmara Municipal lotada e em Barra do Garça Aluizio manteve encontros com líderes políticos e populares e visitou vários bairros.

## O "Retrato do Brasil" agora vai ser diário

No dia 9 foi inaugurada a sede de um novo diário, "Retrato do Brasil", que deverá estar nas bancas a partir de 7 de outubro.

A sede, situada na rua Nestor Pestana 189, no centro de São Paulo, ficou lotada com representantes de partidos políticos, entidades e personalidades da área democrática.

Além da equipe do jornal, representada pelo jornalista Raimundo Pereira (o jornalista Mino Carta não pôde comparecer por problemas de família), falaram o presidente nacional do PMDB Ulysses Guimarães, e o advogado Hélio Bicudo.

"Retrato do Brasil" pretende ser um matutino de oito páginas, de circulação nacional, impresso em São Paulo. "Um jornal moderno, democrático e progressista, ligado às causas do povo e independente dos grandes monopólios econômicos".

O novo diário pretende retratar o Brasil a partir de quatro bandeiras que contribuirão para a construção de uma sociedade mais justa: "democratização mais pro-



Raimundo Pereira fala dos objetivos do novo jornal

funda do país; a interrupção da forma atual de endividamento do Estado brasileiro, para estudo e debate de uma nova relação com os credores internacionais e nacionais; a ampliação da participação popular na vida nacional, com o desenvolvimento de esforços que a tornem mais consciente; e a adoção de medidas práticas pela melhoria imediata das condições de vida e trabalho

do povo". "Retrato do Brasil" surgiu de uma enciclopédia de mesmo nome que foi um sucesso editorial e contribuiu para arrecadar capital para a execução do diário. A equipe também vendeu cotas para todos os interessados no projeto e convida todos os democratas a fazerem o mesmo, visando garantir a independência do jornal.

Foto: Alton S. Leite

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Habilidade nas greves

O país se encontra cada vez mais envolvido em lutas reivindicatórias. Motoristas, bancários, professores, médicos entraram em greve nestes últimos dias. Os metalúrgicos de São Paulo preparam uma grande campanha salarial para novembro. Nestas disputas estão presentes o governo, os trabalhadores e os patrões, cada um com seus próprios objetivos.

## INTERESSES DISTINTOS

Os trabalhadores entraram na luta por absoluta necessidade. Durante muitos anos tiveram o seu poder aquisitivo comprimido e agora, num regime onde conquistaram maiores liberdades democráticas, lutam para obter melhores condições de vida e de trabalho. Fazem propostas razoáveis e, na grande maioria dos casos, cessam o movimento assim que têm atendidas reivindicações básicas, desmentindo aqueles que os acusam de tentar desestabilizar o governo. Percebem que houve um relativo aumento nas vendas e, conseqüentemente, nos lucros dos patrões; criando condições favoráveis à obtenção de melhorias salariais. Guiam-se pela própria lei da oferta e da procura capitalista: maior procura de mão-de-obra acarreta maior preço da força de trabalho. Isto acontece com todas as mercadorias.

Já os patrões entram na luta com duas ambições. Por um lado tentam derrotar o movimento operário, demitindo suas lideranças, fazendo ameaças, concedendo menos do que é reivindicado. Mas em determinados casos procuram também utilizar o movimento reivindicatório em seu próprio proveito. Isto é, apresentam greves como um argumento para obter favores do governo federal. No caso dos empresários de ônibus, tentaram obter novos subsídios ou então elevação das tarifas. Em outros setores tratam de conseguir uma brecha para furar o congelamento - o que não aceitam é reduzir os seus lucros.

## PROJETO CENTRISTA

O governo federal também luta em duas frentes. Não quer furar o Plano Cruzado. E neste sentido também não se dispõe a fazer concessões aos trabalhadores. Mas não tem coragem para obter recursos da única fonte possível, que é um tratamento diferente no problema da dívida externa. Com isto condena o país a uma evasão de quase 1 bilhão de dólares por mês para os cofres dos banqueiros internacionais. Com a inversão destes recursos na produção interna, o Brasil teria amplas condições de manter elevadas taxas de crescimento econômico, assegurar maior independência frente ao capital internacional, elevar o padrão de vida do povo.

O governo segue os planos da grande burguesia, de realizar alguns retoques na economia e na política, para adotar um modelo que lhe garanta absoluto controle da situação. Na busca deste objetivo choca-se com a linha da direita, que quer simplesmente manter toda a herança da ditadura. Mas também não contenta o povo que quer mudanças em profundidade e a suspensão do pagamento da dívida externa.

## HABILIDADE NA LUTA

Os trabalhadores em suas lutas devem levar em conta este quadro. Não lhes interessa fazer o jogo da direita desestabilizando o governo. Mas também não podem abrir mão de suas justas e necessárias reivindicações. Devem combater os patrões e a direita. Mas ter a sensibilidade para estabelecer os limites de suas lutas e, ao mesmo tempo, forçar o governo a atitudes mais progressistas. Nas greves, quando os patrões também têm interesse, saber distinguir claramente o alvo das reivindicações dos objetivos patronais, para não serem usados como massa de manobra. Firmeza e habilidade são duas qualidades essenciais. (Rogério Lustosa)



Foto: André Dusek  
Galerias lotadas e plenário vazio: a triste realidade de um parlamento que precisa ser renovado e fortalecido

## O PODER LEGISLATIVO NO BRASIL: Rico, covarde e vazio!

Depois de uma sucessão de gigantescos comícios por todo o país, na mais memorável campanha política da história do Brasil - a campanha das diretas já -, o povo brasileiro viu seu sonho esbarrar na votação da emenda Dante de Oliveira, quando um grupo de deputados adestrados pelo regime militar impediu a aprovação do projeto não dando o quorum de dois terços necessários, marcando com triste memória o papel do Poder Legislativo neste grandioso episódio da história política de nosso país.

As diretas não passaram, mas passou o regime militar. Hoje a nação respira aliviada um clima de maiores franquias democráticas; convocou-se a Assembleia Nacional Constituinte, que embora nem livre e nem soberana, pode ajudar o povo a encontrar dias melhores.

Naturalmente a futura Constituinte discutirá o funcionamento e as atribuições do Poder Legislativo. Mas não se trata de proclamar princípios a respeito do que seria o Legislativo no futuro socialista, e sim resolver o problema de mudá-lo para servir aos interesses da democracia e da soberania nacional.

### Muita mordomia e pouca credibilidade

A verdade é que o povo não vê o Legislativo como um poder no Brasil. Dificilmente erra o jurista Raimundo Faoro quando afirma que no Brasil o Poder Legislativo não é poder e nem legisla. Pode-se dizer do nosso Parlamento que ele tem o desprezo das classes dominantes, que jamais viram nele um instrumento confiável para exercer seu domínio; e a desconfiança dos trabalhadores, que pouco ou nada vêem o Congresso Nacional aprovar em seu favor, mesmo que elejam deputados ou senadores a cada quatro anos.

Em Alagoas um cidadão escreveu a um jornal para dizer que tinha a impressão de estar sendo roubado toda a vez que passava em frente da Assembleia Legislativa do seu Estado. Certamente ele tinha conhecimento de que naquela "Casa de Leis" super-funcionários chegam a ganhar até 350 mil cruzados, enquanto em alguns municípios alagoanos professores recebem menos de 100 cruzados por 30 dias de trabalho. A tal ponto chegou o escândalo dos marajás alagoanos que o deputado Eduardo Bonfim, destacado por participar ativamente das lutas populares locais,

ganhou imensa notoriedade e prestígio quando rejeitou o carro oficial, a gasolina e as nomeações (geralmente de parentes) oferecidas aos membros do Poder Legislativo no Estado.

Não se pode dizer que a imagem dos nossos legisladores seja apenas a dos pianistas que votam em Brasília por colegas ausentes ou a do deputado do PDS paulista que recebe religiosamente seu salário em nunca parêcer ao plenário. As excessões existem, e são honrosas. Em 1973 o deputado Francisco Pinto foi preso pelo regime militar por denunciar de forma contundente o sanguinário ditador chileno Augusto Pinochet. Outros como Alencar Furtado e Lisâneas Maciel foram cassados por denunciarem os crimes dos generais, e hoje pode-se encontrar um punhado de deputados que marcaram sua atuação defendendo os interesses populares ou batendo-se pela democracia e pela soberania nacional.

Os generais de 64 forjaram um Legislativo dócil, de rédeas curtas e sem nenhum poder de fato. Antes deles Getúlio fechara o Congresso, em 1937, e proibira o funcionamento de todos os partidos políticos. Mas o Legislativo no Brasil já nasceu fraco e cercado de ameaças por todos os lados.

D. Pedro queria uma Constituição "digna do Brasil" e dele, e que considerasse o imperador "sagrado e inviolável". Fez a independência interessado mais em salvaguardar interesses da coroa e dos portugueses residentes no Brasil do que em consagrar princípios de soberania da nação e do povo. Tanto é que bastou a Constituinte ameaçar tais privilégios para que ele a dissolvesse e prendesse seus membros.

A base escravista e de monocultura da sociedade permitia ao imperador fazer a primeira Constituição do Brasil independente ao seu estilo e rigor. Por denunciá-la e desafiá-la, Frei Caneca terminou fuzilado, e sobre o fato disse Tobias Barreto tempos depois: "O Brasil não se constitui, foi constituído".

Muito embora até hoje o nosso Congresso não possa legislar sobre matéria financeira, nem criar despesas orçamentárias ou sequer votar acordos com FMI, importa saber que a conquista dos direitos políticos dos trabalhadores também depende do Poder Legisla-

tivo dotado de funcionamento democrático e de atribuições que possam refletir nos seus debates; os anseios e aspirações das massas operárias da cidade e do campo; da juventude estudantil; das mulheres e da imensa maioria do povo que deseja viver num país mais justo, com mais liberdade e independência.

Subiu o nível de consciência e a participação popular, mas as instituições políticas continuam defasadas, e o Legislativo é um exemplo disso. Os trabalhadores do campo e da cidade, mesmo sendo a maioria da nação, têm uma inexpressiva representação no Congresso Nacional. São 474 deputados federais e 60 senadores, nenhum camponês e somente dois operários: Aurélio Peres (PC do B - SP) e Djalma Bom (PT-SP). Já os industriais e fazendeiros somam a grande maioria dos parlamentares, exercendo diretamente o mandato através de seus paus-mandados.

A reforma política no Congresso Nacional terá que abrir o parlamento aos construtores do país, criando uma bancada de operários e camponeses com um representante de cada por Estado. Uma medida desse nível terá que ser acompanhada por um critério de representação proporcional entre os Estados. Enquanto no Acre cada parlamentar corresponde a 16 mil eleitores, em São Paulo essa relação sobe para 266 mil, ou seja, se respeitada a relação eleitor-parlamentar, teríamos em São Paulo 1000 deputados federais e não os 60 atuais!

Porém o processo de democratização do Congresso Nacional não fica só aí. Mesmo depois de enterado o regime militar, não foram devolvidas as prerrogativas usurpadas neste período. A função de legislar tem origem prática nas hostes do Executivo, de onde se originam as matérias de seu interesse, enquanto as proposições dos congressistas mofam nas gavetas das comissões. Proposições que alteram a Lei de Greve, espúria e ultrapassada, ou mesmo as que tratam de assuntos trabalhistas mais gerais, aguardam um passe de mágica que lhes retirem do sono eterno.

As leis arbitrárias, como a LSN, continuam em vigor e as forças conservadoras na sociedade e mesmo presentes no governo pretendem mantê-las. O Congresso não renovou o entulho autocrá-

### Morte aos reis da França e ao povo da Nicarágua

De nada adiantaram as tentativas de manobras dos girondinos; a Convenção não voltaria atrás no julgamento e condenação à guilhotina de Luís XVI e Maria Antonieta, os ex-todo-poderosos reis da França. Era a ação implacável da burguesia revolucionária francesa usando seu Poder Legislativo - a Convenção - e o vigor das massas revolucionárias para aniquilar a aristocracia.

Ante o protesto de governos e povos de todo o mundo, e o repúdio de organizações democráticas e humanitárias norte-americanas, o Congresso dos Estados Unidos terminou por aprovar uma verba de 100 milhões de dólares para a guerra contra o povo da Nicarágua. É a burguesia imperialista usando todas as suas instituições, inclusive o parlamento, para acumular riquezas e escravizar povos.

Idealizado pelos filósofos franceses do século XVIII, o Poder Legislativo em sua forma burguesa acompanha a trajetória da classe que o gerou. Fonte de afirmação das liberdades quan-

do a burguesia delas precisava ou estorvo descartado quando não corresponde aos seus interesses. Hitler simplesmente tocou fogo no Parlamento alemão; Reagan enfiou goela abaixo de deputados e senadores as verbas de guerra contra a humanidade; Margaret Thatcher não se deu ao trabalho de qualquer explicação ao parlamento britânico sobre as operações mais fundamentais da agressão contra o povo argentino na Guerra das Malvinas.

No mundo capitalista o parlamento vai cumprindo bisonhamente seu papel de homologador das decisões dos Executivos - quando muita troca dirigentes impopulares e corruptos por outros, até o próximo surto de impopularidade e corrupção. Nos países dependentes chegam a refletir os anseios patrióticos e democráticos do povo quando funcionam com algumas prerrogativas. Nas ditaduras, simplesmente submissos ou fechados, para que lá não ecoe qualquer voz de discordância com o títere de plantão.

rio, e o Legislativo funciona como um cartório homologador do que vem do Executivo, tolhido, limitado e dependente.

### Parlamento deve ser ativo e responsável

Salta aos olhos o poder do dinheiro. O presidente do PTB paulista afirmou que o partido de Ermírio de Moraes gastará 15 milhões de cruzados na campanha ao governo, à Assembleia Legislativa e à Constituinte. Porém somente os 200 Passats 0Km adquiridos ultrapassam essa cifra. Some-se a isto a fortuna investida em out-doors, cartazes, kombis com som etc. A UDR leiloa gado e faz caixinhas milionárias contra a reforma agrária na Constituinte. A poderosa Fiesp quer eleger 10% dos constituintes e para isso 12 grandes empresários paulistas se cotizaram reunindo 4 milhões de dólares para eleger seus cães de guarda. Numa maratona desse tipo as candidaturas progressistas encontram imensas dificuldades, contando somente com as forças de seus programas de lutas e

o apoio nos setores populares.

Junta-se a isso a limitação da liberdade de propaganda e restrição no tempo. As grandes agremiações partidárias (PMDB, PFL etc) abocanham a maior parte do horário de propaganda gratuita no rádio e televisão e os partidos recentemente legalizados ou formados são prejudicados.

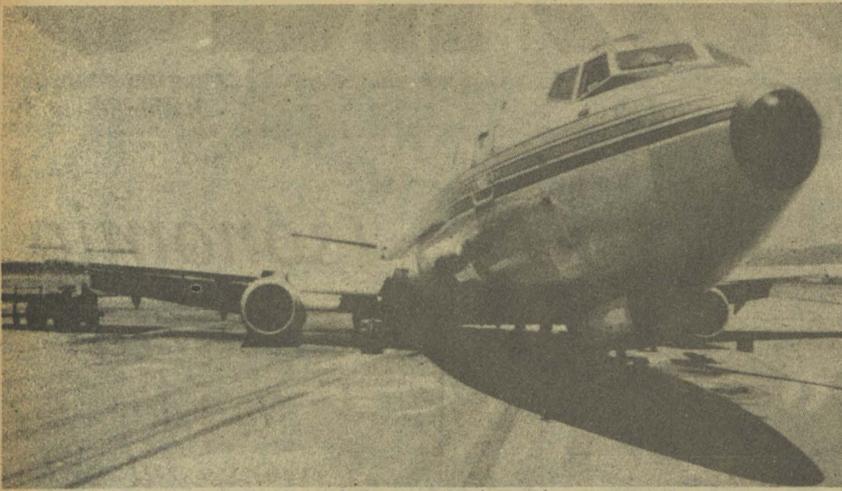
A Constituinte deve refletir o atual estágio social, econômico e político do país e conter dispositivos que permitam sempre que necessário seu ajuste às novas situações, já que o Brasil vive um processo de mudanças na consciência popular, ainda não refletida na superestrutura do país. Transformar o parlamento numa instituição ativa, responsável juntamente com o Executivo pelos destinos do país, atento aos movimentos sociais, caixa de ressonância das reivindicações do povo, espaço de denúncia contra os poderosos, enfim, instrumento eficaz contra a ditadura do Executivo e ativo participante da vida nacional. (Aldo e Apolinário Rebelo)

## DE OLHO NO LANCE

## Tudo gente fina

"Como é possível realmente se admitir, num país civilizado, essa invasão de privacidade?" Pasmem: o autor dessas palavras é o antigo todo-poderoso ministro da ditadura militar, Antônio Delfim Netto. Sua indignação deve-se à divulgação de fitas gravadas com conversas do general Golbery do Couto e Silva, ex-chefe do Gabinete Civil do general Figueiredo; Hermann Wagner Wey e Antônio Chagas Meirelles, diretores do Banco Central. As conversações versam sobre negociações que acabaram sendo conhecidas como o "Escândalo Coroa-Brastel", e envolvem os ex-ministros Delfim e Ernane Galvêas; o ex-secretário-geral da Secretaria de Planejamento, Flávio Pécora; e o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni.

De há muito a população espera não só a divulgação, mas também a punição de corruptos que, durante o regime militar, usufruíram a seu bel prazer do dinheiro público. Ninguém, até o momento, foi punido. A se dizer a verdade, nenhum caso foi apurado a fundo. E o pior: personagens que já são identificadas pela população como marginais de gravata, como Delfim Netto e também o ex-ministro Abi Aekel - aquele do contrabando de pedras preciosas -, ainda se candidatam à Constituinte pelo PDS.



Aumentou a demanda nos vôos, levando às nuvens os lucros das empresas

## Aeroviário: avião lotado, bolso vazio

No dia 20 de setembro será formalizada em Recife a criação da União Nacional Aeroviária (UNA), durante a posse da nova diretoria do Sindicato dos Aeroviários de Recife. Este trabalho unificado da categoria será uma importante arma, principalmente para a campanha salarial que se aproxima e onde o patronato já dá mostras de intransigência.

A UNA é composta pelos Sindicatos dos Aeroviários no Estado de São Paulo, Sindicato Nacional dos Aeroviários e Sindicatos dos Aeroviários do Recife, abrangendo a totalidade da categoria, cerca de 50 mil. Um dos seus primeiros objetivos será a campanha salarial unificada, cuja data-base é 1º de dezembro. Serão editados jornais e boletins de campanha conjuntos.

A perspectiva dos aeroviários (trabalhadores da aviação comercial que permanecem em terra) é de se unificarem também com os aeronautas (pessoal de bordo dos aviões). Para o presidente em exercício do Sindicato dos Aeroviários no Estado de São Paulo, Edneilson Sena Valadão, "os patrões sempre jogam na divisão. E nós já sofremos na pele com isto. Na medida que você parta unido para a campanha salarial, o patronato te respeita mais".



Valadão: "Bolso do aeroviário ficou congelado"

### RENOVAÇÃO SINDICAL

Esta unidade só foi possível graças à renovação ocorrida nas diretorias destes sindicatos nos últimos três anos. Tanto aeronautas como aeroviários tinham uma tradição de lutas antes do golpe de 64, quando houve intervenção nos sindicatos. A retomada desta tradição começou em São Paulo onde foi organizado o Movimento de Oposição e Luta dos Aeroviários (MOLA), que no início de 1984 assumiu a direção do sindicato. No final do ano passado foi o único sindicato da categoria a puxar uma greve pelo trimestral e por aumento de salários. Com a vitória da oposição no Sindicato Nacional dos

Aeroviários, com sede no Rio de Janeiro, e com a reciclagem da diretoria da entidade sindical do Recife abriu-se a possibilidade de um trabalho conjunto.

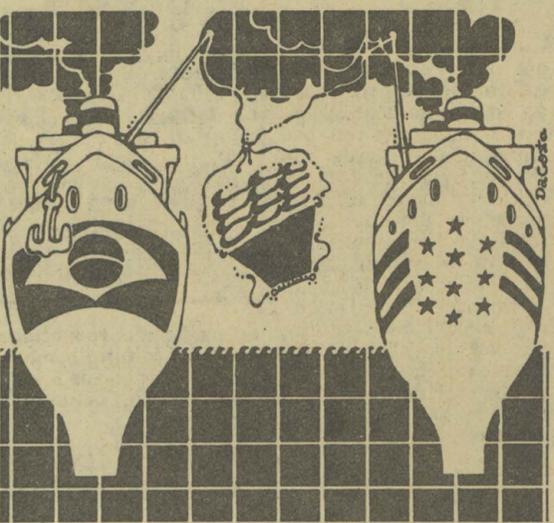
Em São Paulo estão concentrados 12 mil aeroviários, cujo piso salarial é de Cz\$ 1.451. Com o Plano Cruzado houve um grande aumento da demanda de vôos comerciais com o consequente crescimento da lucratividade das empresas do setor. Por seu lado, os aeroviários perderam o abono conquistado na convenção coletiva e os salários permaneceram congelados apesar da inflação que aí está. A categoria reclama que "os aviões estão lotados e seus bolsos congelados".

## Marítimos se unem contra as multinacionais do oceano

Realizou-se em Brasília de 8 a 11 de setembro o seminário promovido pelo Ministério dos Transportes para debater a proposta para a nova Política Nacional de Navegação e Marinha Mercante (PNNMM). Sérias críticas foram apresentadas ao anteprojeto do governo, acusado de entreguista e de favorecer as empresas estrangeiras. Trabalhadores nacionais distribuíram um documento conjunto alertando que se forem colocadas em prática as medidas preconizadas pelo ministro dos Transportes, o resultado "será o colapso do transporte marítimo brasileiro de longo curso".

Cerca de 90% do comércio exterior brasileiro é feito por via marítima, envolvendo cifras em torno de 4 bilhões de dólares. As empresas multinacionais cobiam abocanhar este bolo totalmente e têm poderosos lobbies atuando no país. Contra esta ameaça à nossa soberania os trabalhadores marítimos estão procurando agir unificados. No último dia 2 nove entidades de trabalhadores marítimos criaram a Unidade Sindical da Orla Marítima de Santos (Usoms), movimento intersindical que propõe "lutar contra a entrega da marinha mercante e do complexo portuário nacional ao capital estrangeiro". Nesta reunião foi aprovada a sugestão de se ampliar a Usoms a nível nacional.

O presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Navegação e Práticos de Portos



da Marinha Mercante criticou o regulamento de participação no seminário de Brasília. Segundo ele, "além de restringir a inscrição de sindicatos de trabalhadores comprometidos com a posição nacional, dá à Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot) o poder final de decisão sobre quem vai e quem não vai participar dos trabalhos com direito a voto. O regulamento não passa de uma trama macabra visando facilitar o entreguismo ao capital estrangeiro".

### ALEMÃES EUFÓRICOS

Há duas semanas os jornais alemães se mostravam eufóricos com as proposições do Ministro dos Transportes, Reinaldo Tavares, para o setor da marinha mercante e inclusive da construção

naval. E Tavares declarou à imprensa que não abrirá mão dos princípios da política de navegação proposta por sua pasta.

O anteprojeto do Ministério dos Transportes extingue o setor de navegação da Companhia Siderúrgica Nacional; conduz o Lloyd Brasileiro à inadimplência; extingue a superintendência de granéis do Lloyd Brasileiro; cria condições para reduzir ao mínimo a frota própria brasileira de navios de carga geral; permite que a frota de granéis seja constituída totalmente de navios estrangeiros afretados; possibilita que novas empresas operem sem nenhum navio próprio durante seus primeiros 18 meses e durante todo o tempo de contratação a construção de apenas uma única unidade.

## A ofensiva de direita contra as paralisações

A greve dos bancários tem provocado declarações desencontradas das autoridades governamentais. O ministro Paulo Brossard, da Justiça, afirmou que "já é tempo do nosso país, que esteve desviado pelo arbítrio, se reconciliar com a lei..." Mas não ficou claro que isto signifique um repúdio ao tempo da ditadura. Pelo contrário, a afirmação ficou mais com o tom de uma ameaça, pois o ministro no caso se refere à Lei de Greve, um dos instrumentos mais duros dos tempos em que o país esteve "desviado pelo arbítrio" e que não foi revogado até o momento.

Da mesma forma ficou a dúvida se a tal referência à reconciliação com a lei não deveria valer também para os pecuaristas e frigoríficos que continuam escondendo a carne ou cobrando ágios, para as grandes empresas que sonham produtos para o mercado ou que fazem maquiagem nas mercadorias para elevar o preço.

### USO DO ARBITRIO

Além disto, outros instrumentos do arbítrio têm sido mobilizados para combater as greves sem nenhuma justificativa razoável. O mesmo ministro Brossard telegrafou a todos os governos estaduais oferecendo os serviços da Polícia Federal para manter a ordem e os jornais falam que o sr. Romeu Tuma terá papel de destaque no comando antigreve formado pelo governo. O SNI também se intromete no assunto e fez um relatório "reservado" ao presidente Sarney sobre o movimento grevista, estabelecendo uma estratégia para



Brossard usa instrumentos do arbítrio

desestimular os trabalhadores com o uso dos meios de comunicação.

O SNI não se limita a isto. Através também a dar opinião sobre o movimento. Segundo o general Ivan de Souza Mendes, ministro-chefe do SNI, "a maioria dos bancários não quer a greve". Segundo ele a paralisação é manipulada pelas cúpulas. O fato dos bancários realizarem sucessivos encontros e assembleias nos Estados não quer dizer nada. A mentalidade imperante neste órgão continua a mesma, tudo é conspiração.

### IDÉIA FIXA

Para justificar estas atitudes repressivas e antidemocráticas o ministro da Justiça alega que a greve dos bancários e outras não se atêm aos problemas de salários e condições de trabalho. O fato dos bancários denunciarem cerca de 150 mil demissões no setor e que 46% da categoria recebe menos de três salários mínimos

não foi considerado pelo ministro.

As atitudes do governo partem de uma idéia fixa: as greves são contra o Plano Cruzado. O ministro Dilson Funaro, da Fazenda, deixou isto muito claro quando afirmou, na segunda-feira, no Palácio do Planalto, que "o governo fará tudo o que estiver ao seu alcance para coibir as greves, que são convocadas para distorcer e comprometer o Plano Cruzado".

Mas o próprio líder do governo na Câmara Federal, deputado Pimenta da Veiga, foi forçado a reconhecer que as reivindicações dos trabalhadores normalmente são muito justas, porque os salários são muito baixos.

De fato as reivindicações dos bancários são modestas: Piso salarial de Cz\$ 3 mil; 26,5% de aumento; 10% de produtividade; 100% do IPC de março a agosto sem o expurgo dos empréstimos compulsórios; estabilidade no emprego. E as exigências dos professores, funcionários públicos e outras categorias são igualmente razoáveis.

A realidade inegável é que houve um aumento muito grande dos lucros dos patrões neste período, com a consequente sobrecarga de trabalho e de horas extras sobre os trabalhadores. Acrescenta-se a isto que os furros no congelamento dos preços caem também sobre as costas dos assalariados. O recurso à greve é portanto um movimento de defesa de direitos elementares. Só os inimigos da democracia recusam-se a conviver com as paralisações de trabalho como forma de pressão para obter melhorias salariais. Só os inimigos da democracia podem voltar a apelar ao SNI e Polícia Federal para reprimir os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

## As greves planejadas

Categoria	Base	Reivindicações
Bancários/nacional	800 mil	26,5 de aumento, piso de Cz\$ 3 mil e estabilidade
Previdenciários/nacional	230 mil	Gratificação de 80% para todos, aumento de 12 referências e jornada de seis horas de trabalho
Professores/São Paulo	196 mil	Piso de cinco salários mínimos
Servidores da Saúde/São Paulo	40 mil	Piso de três mínimos e jornada de seis horas
Servidores da Educação/São Paulo	43 mil	Piso de três mínimos
Servidores da Agricultura/São Paulo	15 mil	Piso de três mínimos e plano de carreira
Servidores da Sabesp	20 mil	Reenquadramento salarial e aumento de 20% para as funções operacionais
Servidores do Correio/São Paulo	20 mil	Piso de Cz\$ 3.300,00, readmissão dos punidos na greve de 1985
Médicos/São Paulo	10 mil	Equiparação salarial com o Inamps
Estivadores/Santos	5 mil	Pagamento do descanso semanal
Securitários/São Paulo	40 mil	Reposição de 30% e piso de Cz\$ 2,5 mil
Engarrafadores de Gás/Campinas - São Paulo	1,5 mil	Aumento de 60%, folga aos sábados e estabilidade
Petroleiros/São Paulo	8,5 mil	Aumento de 32% e produtividade de 10%
Vigilantes/Rio de Janeiro	40 mil	Piso de Cz\$ 1,8 mil
Servidores da Light/Rio de Janeiro	30 mil	Abono salarial de 25% retroativo a janeiro
Metalúrgicos de Volta Redonda/RJ	35 mil	Aumento salarial
Total de trabalhadores em luta - 1.534 mil		
Fonte: Sindicatos e o jornal Gazeta Mercantil		
Observação: Este levantamento das categorias mobilizadas para greve é parcial. Outras bases sindicais se organizam para lutar por aumentos salariais ainda neste mês de setembro.		

## CGT de Minas faz seu primeiro congresso com 150 entidades

A Central Geral dos Trabalhadores - CGT - realizou nos dias 6 e 7 um congresso estadual em Belo Horizonte consideravelmente mais avançado do que parecia ser possível a princípio. Participaram 300 delegados, de 150 entidades sindicais mineiras - um número respeitável, a despeito da presença ainda pequena dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, bastante ativos no Estado. A pauta incluiu um plano de lutas e a eleição da direção da CGT-MG.

O avanço se refletiu em uma maior abertura de critérios. A princípio, circulou entre os organizadores do congresso concep-

ção de que só "as entidades filiadas à CGT" poderiam participar. Só no decurso da preparação foi possível chegar a uma posição mais flexível, condizente com o caráter aberto da Central e com a realidade do sindicalismo atual.

Fruto da maior abertura, avançaram também as resoluções. O congresso reafirmou as deliberações adotadas na fundação da CGT, em março, na Praia Grande, decidindo-se pelo engajamento na luta pela manutenção do congelamento dos preços e a punição severa da indústria do ágio; e apoiou os bancários de todo o país e professores da rede pública de Minas em sua luta

salarial inclusive através da greve.

### NOVA DIREÇÃO

O congresso elegeu também uma nova direção para a CGT-MG, em substituição àquela escolhida, em caráter provisório, pela bancada mineira em Praia Grande. Duas diretorias regionais, Oeste e Sul, ficaram vagas para preenchimento após consultas às bases locais. Segundo Wellington Teixeira, presidente da Fitee, eleito primeiro secretário da CGT, "houve um avanço: a chapa atual é mais progressista, representa melhor a CGT do Estado do que a direção provisória anterior" (da esquerda)

# Professores param aulas em todo São Paulo

No primeiro dia da greve dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo a adesão atingiu cerca de 70 a 80% da categoria. Para alguns dirigentes sindicais este nível de paralisação era "surpreendente", pois das quatro entidades que representam o professorado, apenas uma optou pela greve. O magistério paulista luta por um piso de cinco salários-mínimos.

O magistério paulista entrou dividido na greve iniciada dia 10, o que dificultou fazer uma paralisação total. Das quatro entidades que realizaram assembleia, apenas a convocada pela Apeosp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), reunindo cerca de 7 mil docentes, decidiu entrar em greve. Nas assembleias da Apase (Associação Paulista dos Supervisores de Ensino), da CPP (Centro do Professorado Paulista) e da Udemo (União dos Diretores de Escolas do Magistério Oficial) se optou pela não paralisação das atividades.

Desde o mês passado que as quatro entidades que representam os 180 mil professores da rede oficial de São Paulo lutam unificadas pela conquista de um piso de cinco salários-mínimos. Logo após a manifestação que reuniu 40 mil docentes em frente ao Palácio dos Bandeirantes, dia 26 de agosto, o governo concedeu aumento em duas etapas de 40,7% para os professores e 55% aos diretores e supervisores de ensino.

## AUMENTO E PRESSÃO

Com as seis referências concedidas (três em 1º de setembro e três em 1º de dezembro) um professor de nível I, em início de carreira, trabalhando meio período, terá uma elevação em seus salários de Cz\$ 2.230 para Cz\$ 3.137. No entanto, o secretário da Educação, José Aristodemo Pinotti, prometeu descontar as faltas de quem não for trabalhar. Os



O magistério luta para repor as perdas salariais

aumentos concedidos pelo governo e as ameaças aos grevistas fizeram com que parte da categoria optasse pela não paralisação, apesar de continuarem reivindicando o piso de cinco salários-mínimos, cerca de Cz\$ 4 mil.

Daniel José Teixeira, professor nível III, presente à assembleia convocada pela Apeosp, acha que "o fato da categoria sair dividida prejudica, mas temos condições de ir à greve assim mesmo". Os supervisores de ensino irão tra-

balhar, mas a presidenta da Apase, Márcia Scaramello, disse que eles não irão "servir de instrumento de pressão do governo e fiscalizar as escolas". Lilian Martins, uma das lideranças dos professores, que há vários anos participa das mobilizações da sua categoria, é de opinião que "a greve é a forma de se conseguir do governo as reivindicações".

O fato do governo não explicar com clareza os gastos reais com a educação contribuiu para exacerbar os ânimos do professorado. Segundo levantamento feito pela Apeosp, as autoridades governamentais pediram uma suplementação de verbas no valor de 1,5 bilhão de cruzados para cobrir o aumento dado aos professores, sendo que estes gastos corresponderiam a somente 870 milhões de cruzados. Indagado, o secretário de Educação reconheceu que não sabia quanto o governo gastava com educação. Neste clima, Lisete Gouveia, professora de Valinhos - como tantos outros - votou pela greve e declarou à TO: "O governador só pode provar que não tem condições de nos dar o aumento que pedimos se ele apresentar os números para comprovar".

## Médicos paulistas cobram do governo equiparação salarial

A greve dos médicos do Estado de São Paulo ameaça tornar-se uma nova novela com muitos capítulos. O governo, que já havia atendido a principal reivindicação da categoria, a equiparação com seus colegas do Inamps, recuou decidindo vincular o aumento à produtividade. A reação foi a greve, já que os salários destes profissionais são cerca de 50% inferiores aos dos médicos do Inamps.

"Além de receberem salários baixos, os médicos não concordam com a exigência de produtividade. É que nos postos de

saúde, por exemplo, mesmo cumprindo o horário de trabalho, frequentemente não dá para atender 4 pacientes por hora (a média de produtividade que o governo exige, com base nos critérios da Organização Mundial de Saúde). Isso ocorre porque não há material suficiente para o atendimento de diversos casos, que são encaminhados aos hospitais. Sabendo disso, boa parte dos pacientes nem sequer vai aos postos de saúde.

Nos hospitais o problema de falta de equipamento e condições de trabalho também é sério. A

situação é tão gritante que uma comissão de parlamentares da Assembleia Legislativa resolveu pedir audiência com o governo para tratar do assunto. A Comissão de Higiene e Saúde é presidida pelo deputado Della Pria. E a exemplo dos médicos, propõe um critério de permanência no serviço, ao invés de produtividade, e imediata equiparação salarial dos médicos do Estado aos médicos do Inamps.

## OUTROS SERVIDORES

Para os demais servidores do Estado que podem entrar em greve a partir do dia 12, o governo apresentou uma contraproposta de aumento de 11% o que eleva o piso dos 11 mil servidores para Cz\$ 1.800. Os funcionários reivindicam 50% para ter um piso de três salários mínimos. No entanto, alguns representantes das 19 entidades que se reuniram na Secretaria de Administração com um porta voz do governo consideraram que a proposta, embora insatisfatória, "representa um pequeno avanço".

A proposta do governo inclui ainda a concessão de mais dois valores de referência para as escalas 1 e 2 (serventes, motoristas, contínuos).

Até fecharmos a edição os servidores ainda não haviam realizado sua assembleia unificada para decidir se são favoráveis ou não à proposta governamental.



Assembleia de previdenciários em São Paulo decide pela paralisação

## Previdenciários cruzam os braços nos Estados

Representantes dos servidores da Previdência Social de 16 Estados, reunidos em São Paulo nos dias 6 e 7, decidiram paralisar o trabalho a partir do dia 11. As negociações com o governo vêm desde o final maio, quando da realização do 2º Congresso Nacional das Associações de Previdenciários, em que foi aprovada a pauta de 34 reivindicações. Ficou estipulado que 5 de setembro seria a data limite para as autoridades darem sua resposta, o que não ocorreu.

Um dos pontos da pauta de reivindicações é a aprovação de um novo Plano de Carreira Previdenciária (PCP). Para tanto foi formada uma comissão paritária para discutir o assunto. Foi com surpresa que os previdenciários ficaram sabendo que o ministro da Previdência entregou recentemente ao presidente da República um anteprojeto do PCP, sem que a comissão tivesse discutido

previamente. Segundo a Fenaps (Federação das Associações de Servidores da Previdência Social), este anteprojeto não atende aos anseios dos previdenciários.

Este fato acirrou ainda mais os ânimos dos funcionários da Previdência. A reação do governo contra os grevistas promete ser dura. O ministro da Previdência autorizou a contratação de novos funcionários, em regime de excepcionalidade, para substituir os que possivelmente forem demitidos durante o movimento. Jairo Coutinho, diretor da Fenaps, afirmou que o ministro "enviou telex a todas as nossas unidades, ameaçando os grevistas com punições".

Os previdenciários foram uma das categorias que mais teve perdas salariais durante os 21 anos de ditadura militar. Há vários anos que eles vêm se mobilizando em busca da reposição destas perdas sala-

riais e pelo direito de sindicalização. A última mobilização a nível nacional foi a 15 de julho quando fizeram greve de advertência de 24 horas. Em agosto São Paulo fez uma paralisação isolada, de 15 dias, fora do calendário aprovado no Congresso, sem nenhuma conquista. Zelma Cavalcante, vice-presidenta da Associação dos Previdenciários do Piauí e integrante do Comando Nacional de Greve, acha que "esse ano o movimento da categoria cresceu muito. Atualmente vários Estados estão preparados para a greve".

Os previdenciários querem a extensão da gratificação de 80% para todos os funcionários (atualmente só quem tem curso superior recebe este percentual e o restante apenas 40%); 12 referências; 30 horas de trabalhos semanais; Plano de Carreira Previdenciária e direito a sindicalização, entre outros pontos.

## Condutores lutam para garantir decisão do TRT

Os motoristas e cobradores de transporte coletivo, que no dia 1º realizaram uma greve que paralisou a Grande São Paulo, não utilizarão novamente esse recurso. A hipótese de nova paralisação, prevista para o dia 11, foi descartada na assembleia da categoria realizada na quarta-feira, dia 10. A reunião contou com um reduzido número de trabalhadores - menos de 50 de uma categoria com mais de 50 mil na base.

A assembleia decidiu apenas pressionar o prefeito Jânio Quadros e a Transurb (sindicato patronal) para que não entrem com recurso em Brasília contra a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Este concedeu 5,8% de aumento salarial aos condutores, que somado ao IPC de março a agosto equivale a um reajuste de cerca de 10%. Apesar do aumento ser irrisório, o patronato e a prefeitura estão furiosos, exigem que este seja

repassado para o preço das passagens de ônibus.

"O acordo não satisfaz a nossa classe, mas infelizmente não conseguimos mobilizá-la para uma nova greve", explica João Alves do Nascimento, presidente do Sindicato dos Condutores. Segundo ele, vários fatores desmobilizaram a categoria. "Fizemos uma greve poderosa, com maciça adesão dos trabalhadores e o apoio da população. Mas, mesmo com essa demonstração de força, não conseguimos arrancar um reajuste melhor. Isto descontentou a base. Alguns ativistas inclusive criticaram o fato da greve ter durado apenas um dia. Queriam continuar a greve, mesmo sabendo que a repressão ia ser pesada. Além disso, houve as ameaças do Jânio Quadros. No dia da greve ele demitiu mais de 600 funcionários da CMTC. Depois recuou, readmitindo todo mundo, mas ameaçou que se houvesse nova greve não perdoaria ninguém. Isto também gerou certo temor e desmobilização".



Na greve do dia 1º não saiu nenhum ônibus da garagem Catumbi

## Delegado invade sindicato em Capelinha

A presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha, no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, foi intimada a comparecer na delegacia de polícia sob a mira da metralhadora do delegado e de um detetive, que invadiram a sede da entidade. O delegado, Agostinho Soares Duarte, queria intimidar Maria Rita e convencê-la a abandonar a defesa de sete trabalhadores rurais que mantêm regime de parceria com o fazendeiro Gérson Martins de Oliveira.

Desde novembro passado o sr. Gérson tenta expulsar de suas terras sete famílias de trabalhadores rurais que vinha explorando a troca de um salário de sete cruzados por dia. Em novembro deixou de pagá-los proibindo-os

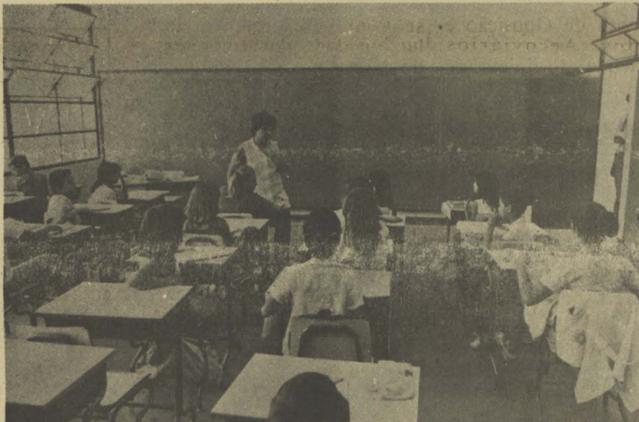
também de continuar plantando para sua subsistência como sempre fizeram.

Solicitado pelos trabalhadores o sindicato tentou viabilizar um acordo. Como não houve aceitação do proprietário o sindicato entregou o caso à Justiça. Vendo-se apertado o fazendeiro recorreu à polícia, que sem nenhum mandato judicial deslocou-se para a fazenda. Lá o delegado e um detetive, ambos armados, passaram a intimidar os trabalhadores. O detetive, de metralhadora em punho, ameaçou: "Se continuarem a trabalhar corto todo mundo na bala".

Depois disto deslocaram-se para o sindicato, invadiram a sua sede e obrigaram a presidenta Maria Rita a acompanhá-los. Na delega-

cia, diante do proprietário, Sr. Gérson, fizeram ameaças a Rita e acusaram o sindicato de provocar a confusão.

Maria Rita com grande dignidade afirmou que não discutiria com o delegado e que a resposta era o encaminhamento do caso na Justiça. Diante desses fatos o sindicato está movendo um processo trabalhista e abriu ação judicial contra o delegado Agostinho. Uma comissão dos trabalhadores, dirigida por Maria Rita, denunciou o fato no Congresso Estadual da CGT que se realizava em Belo Horizonte, recebendo imediata solidariedade. A nova diretoria da CGT acompanhou Maria Rita à Secretaria de Segurança pedindo providências, inclusive garantia de vida.



Uma professora nível I ganha menos que um cobrador de ônibus

## OPINIÃO

### Vacilação ajuda a direita

O governo Montoro, como de praxe, tem assumido uma atitude vacilante diante das greves de servidores públicos: professores, médicos e funcionários de diversas secretarias do Estado. Ao ponto da última paralisação no setor de saúde ter durado nada menos que 71 dias. No final, o governo comprometeu-se a atender as reivindicações dos médicos. No entanto voltou a recuar, provocando nova greve, que já dura mais de 30 dias. Processo semelhante ocorreu com os professores.

A vacilação se agrava com

disputas no seio do próprio governo, onde setores comprometidos com a candidatura do empresário Antônio Ermírio de Moraes fazem de tudo para desgastar a imagem do PMDB. Isto para não falar dos malufistas incrustados na Polícia Militar.

Contam nesta trama com a ajuda de setores incoerentes que procuram radicalizar artificialmente as mobilizações, valendo-se da exaustão dos trabalhadores e da população. Cria-se assim o caldo de cultura para a direita se rearticular e reconquistar o governo.



## Semi-escravidão na Borracha Nogan S/A

Os operários da manufatura de Artigos de Borracha Nogan S/A, que produz chupetas, luvas e tubos para hospital estão revoltados com as arbitrariedades cometidas pelo médico Stanley Michalski e pelo chefe geral Ivanilson, que impõem um regime de semi-escravidão na empresa. Os funcionários estão sendo obrigados a ter meia hora em vez de uma hora de almoço para aumentar o tempo de produção dentro da fábrica.

Eles se alimentam com as marmitas que trazem de casa. A ida ao banheiro também é controlada através de fichas. A permanência máxima de cada vez é de cinco minutos, no máximo quatro vezes por dia, duas pela manhã e duas pela tarde.

A total falta de segurança é a constante. O setor de látex

funciona sem nenhuma proteção. Qualquer pessoa pode entrar e sair da fábrica, já que os funcionários não têm identificação. Não existe CIPA.

O salário desta unidade, onde 90% da mão-de-obra é feminina, é uma miséria, varia de Cz\$ 5,84 a Cz\$ 7,50 por hora. Quem ganha mais é quem defende os interesses dos patrões. O chefe geral afirma que não pode decidir sobre aumento pois o presidente da empresa está na Itália. E quando voltar discutirá cada caso em particular.

Enquanto isso, na matriz da empresa, situada no km 28,6 da Raposo Tavares, todos serão aumentados em 10%. São 1.200 funcionários que já recebem numa faixa salarial de Cz\$ 8,80. Devemos ressaltar que na unidade menor existem mais

mulheres e na matriz mais homens.

Por todos estes motivos os operários estão insatisfeitos e realizaram uma mobilização para que a empresa fizesse um edital convocando eleições para CIPA. Isso foi conquistado, com ajuda da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha do Estado de São Paulo. Agora temos que trabalhar para que representantes da produção e das mulheres, as mais exploradas, participem da diretoria da CIPA. Precisamos batalhar também para que acabem as arbitrariedades do chefe geral e do médico; exigir salário igual para trabalho igual, aumento salarial e estabilidade no emprego. (Trabalhadores da Nogan S/A - São Paulo, SP)

## Preparando a cama para o pelego

Em 25 de janeiro do ano passado a chapa oposição sindical Garrafa, encabeçada por Manoel Queiroz, foi declarada eleita pela procuradoria do Ministério do Trabalho. Às vésperas da posse, o pelego Fernando Cardoso, que há 22 anos vive parasitando no sindicato, inconformado com a derrota, entrou com um mandato de segurança pedindo a anulação do pleito. Com isso, impediu que a chapa 2 assumisse o sindicato.

Em seguida a justiça federal determinou que houvesse nova eleição, onde por força das fraudes perpetradas pelo pelego a oposição "perdeu". Mas agora, faltando um ano e meio para a próxima eleição, a oposição ressurgiu mais forte, mais experiente e como sempre com um compromisso de defender com determinação os direitos dos trabalhadores: ao contrário do pelego Cardoso, que continua relegando a cate-

goria ao abandono e aos cachavos com os patrões.

Numa demonstração de descaço, nestes 22 anos o pelego jamais esteve na porta de uma fábrica. E quando um operário procura o sindicato exigindo medidas contra a exploração, é dedurado e sumariamente demitido.

A categoria tem data base em 1º de outubro. Até agora o Cardoso nada fez no sentido de mobilizar a categoria de bebidas para uma campanha salarial. E enquanto os operários ficam com os salários congelados muitos graus abaixo de zero, as empresas produzem a todo vapor.

Na indústria Antártica do Nordeste, localizada no centro industrial de Aratu, reina um regime de escravidão. Jayme Macedo, responsável pelo setor de produção, trata os operários com desumanidade. Não existe revezamento de turno; trabalha-se meses a fio

sem revezamento e sem folga, mesmo nos domingos e feriados. As condições de segurança são precárias, o índice de acidentes é alto.

Apesar de empregar produtos tóxicos a empresa não paga adicional de insalubridade e periculosidade. Não existe uma CIPA atuante, pois todos os integrantes são indicados pelos patrões. Não existe plano de cargos e salário. Para se ter uma idéia, existem operários com 19 anos de serviço que ganham apenas Cz\$ 2.040,00 por mês.

Para mudar a situação de miséria imperante nas indústrias de bebidas a oposição sindical fez um chamamento a todos os operários no sentido de se organizarem e lutarem para transformar o sindicato numa trincheira de lutas por melhores salários e condições de segurança e trabalho. (Oposição Sindical de Bebidas Garrafa - Salvador, Bahia)

## Moradores apóiam Eufrásio Elias

Domingo, 31 de agosto. Logo pela manhã se observa o clima de expectativa em Mustardinha, um dos bairros mais populosos do Recife, onde os moradores iriam eleger a nova diretoria para a Associação. Estava em jogo a disputa por uma das entidades comunitárias de maior influência na capital, reconhecida por sua organização e combatividade. Seu prestígio é tão grande que a primeira dama do país, dona Marly Sarney, veio pessoalmente aqui inaugurar o programa "Primeiro a Criança" na comunidade.

De um lado, a chapa 2 auto-intitulada oposição. Na verdade uma chapa programada pelo PDT para dividir os moradores. De outro a chapa encabeçada por Eufrásio Elias, liderança respeitada pelos moradores, aprovada incontáveis vezes pelo voto. Os outros membros da chapa também com idêntica atuação.

A burguesia joga pesado investindo grandes somas em dinheiro tentando manobrar a consciência dos trabalhadores, das donas de casa, para impedir que o povo avance na sua organização. E isso não ocorre apenas em eleições parlamentares.

Bem que o PDT tentou iludir o povo de Mustardinha. Fez shows, usou potentes carros de som, pan-



fletos produzidos em off-set. Mas os moradores perguntavam: de onde vem tanto dinheiro numa eleição de entidade de bairro? E se dizia: aí tem coisa...

A chapa 1 não aceitou as provocações do PDT. Continuou propagando seu programa, lembrando conquistas como legalização da posse de terrenos pela lei do usocapeão; compra de terreno para creche, aumento da rede de abastecimento de água; realização do I Encontro de Saúde que culminou com a contratação de 11

agentes de saúde para melhor servir a população. No campo político defendemos a suspensão do pagamento da dívida na presença da primeira dama; denunciemos em assembleias as promessas não cumpridas pelo então governador Roberto Magalhães.

Resultado: a chapa do PDT obteve 175 votos. A chapa "A Luta Continua" conseguiu 699. Eufórico, um simpatizante da chapa vencedora afirmava: "Foi uma vitória esmagadora!". (Jair Pereira - Recife, Pernambuco)

A situação no campo brasileiro continua em plena ebulição. Em Xinguara as eleições para o sindicato dos trabalhadores rurais acabaram sendo adiadas devido à atitude arbitrária da chapa liderada pelo PT, que chegou a chamar a Polícia Federal para criar confusão. O escrutínio ficou adiado para 14 de setembro.

Em São Paulo, uma fábrica de borrachas utiliza em regime de semi-escravidão, explorando os operários, principalmente as mulheres, que recebem salários ainda menores que a média.

Nas duas cartas retratos de situações que ocorrem em todo o Brasil e que podem ser denunciadas em nossa seção. (Olivia Rangel)



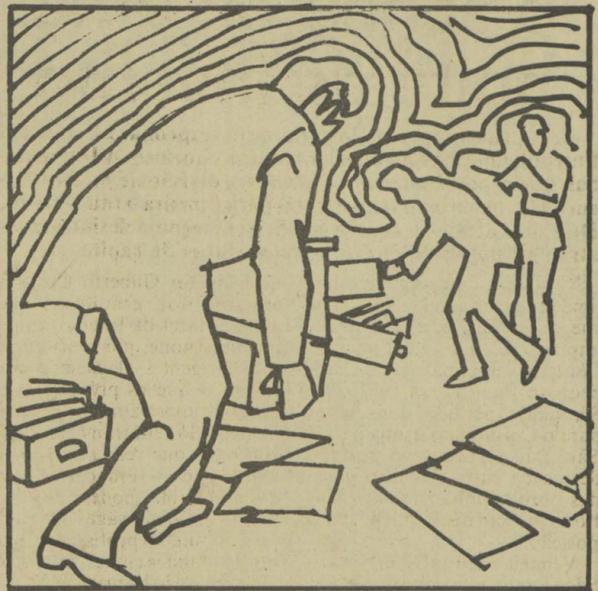
fala o POVO

## PT chama a polícia contra chapa do STR de Xinguara

Realizaram-se no dia 31 de agosto as eleições para a renovação da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xinguara, abrangendo também o distrito de São Geraldo do Araguaia. Concorreram duas chapas: a primeira, encabeçada pelo atual presidente da entidade, Crispin Manoel Santana, Quito, e a segunda por Maria da Guia Paulo.

Desesperados com a possibilidade de derrota eleitoral, os membros da chapa 2, apoiada pela CUT, PT e CPT, armaram um cambalacho. No dia 29, às 16 horas, tentaram impedir a eleição recorrendo ao fiscal da DRT Álvaro Foneca e a dois agentes da Polícia Federal que arbitrariamente invadiram a sede do sindicato revirando tudo que encontraram. Contatada pela chapa 1, a delegada da DRT, Dra. Josefina, disse que a atitude do fiscal era ilegal. E prometeu apurar a presença policial na questão.

Derrotados, os membros da chapa 2 percorreram as comunidades em jipes conclamando os trabalhadores a não comparecerem à eleição. A CUT, o PT e a CPT dedicaram uma semana para fazer campanha de calúnia e difamação dizendo aos lavradores que a chapa 1 era apoiada pelos fazendeiros, pelo governo e pelos comunistas, usando os métodos que o



pelego e ex-presidente do STR de Conceição do Araguaia, Bertoldo Siqueira, e o major Curió utilizavam no tempo da ditadura militar.

Com a falta de quórum haverá segundo escrutínio no dia 14 de setembro, com urnas em São Geraldo e Xinguara. A chapa 1 voltará a percorrer as bases do sindicato levando uma carta que denuncia o com-

portamento da chapa 2 e seus assessores. Composta de trabalhadores rurais, formulou um programa defendendo uma reforma agrária antilatifundiária, combate à violência do latifúndio, participação da mulher no movimento sindical, amparo às famílias vítimas de violência, fortalecimento das delegacias sindicais e assistência jurídica. (Bethânia Gomes - Conceição do Araguaia, Pará)

## Conflito pela terra em Roraima

Roraima vive hoje, no campo e na cidade, um conflito no que toca à questão da terra. A luta entre índios, camponeses e posseiros, de um lado, e grandes proprietários fundiários, de outro, assume proporções cada vez maiores.

Índios já foram assassinados, camponeses perderam suas terras e os latifundiários continuam impunes, recebendo muitas vezes apoio direto do primeiro escalão do governo do Território.

O mais recente conflito está ocorrendo na Fazenda Guanabara, de propriedade do latifundiário Newton Tavares, no município de Normandia, na

fronteira com a Guiana Inglesa. Ele contratou uma companhia de Manaus, chamada Sacopã, criando um verdadeiro grupo armado, uma milícia particular, comandada por um ex-sargento do Exército, o sargento Costa, que mantém preso na fazenda mais de 200 índios em péssimas condições de vida, sem poder se comunicar com o lado de fora, proibidos de caçar, pescar.

O latifúndio mandou interditar a estrada que dá acesso à Guiana Inglesa dizendo que a estrada passa dentro de sua fazenda, e o governo não tomou nenhuma providência. O sr. Newton Tavares está em

terras indígenas que diz serem suas. O terror reina na região, implantado por esse exército particular que amedronta o povo.

Em Boa Vista o problema não é menos grave. Expulsos do campo e com falta de perspectivas, muitas famílias vão morar na periferia ocupando terras de particulares. E contam com o apoio de diversos setores. O prefeito de Boa Vista, Sívio Leite, eleito pelo PMDB apóia as ocupações. Mas ele mesmo mandou a PM expulsar um desempregado conhecido como "Motorista Piau!"

(Tribuneiros de Roraima)

## Brotas de Macaúbas relegada ao abandono

A população dos vilarejos de Brotas de Macaúbas não tem o mínimo apoio da prefeitura. Os moradores só são procurados pelo prefeito nas épocas de eleição.

Entre os vários vilarejos carentes de benfeitorias destaca-se Lagoa Grande, embora sendo um dos que mais pagam impostos, não possui estrada que dê acesso à cidade. Existe apenas um caminho montanhoso com enormes pedras que impedem o trânsito de automóveis. Quando alguém fica doente é carregado

em animal até a cidade.

Enquanto isso o dinheiro arrecadado pela prefeitura é usado para festas de interesse político e para construir um aeroporto que embora sejam um progresso não tem utilidade para a grande maioria da população.

Os brotenses acham que isso precisa mudar. O dinheiro da cidade deve ser bem administrado, aplicado em educação, cultura, alimentação e lazer.

Inicialmente é preciso um governo democrático no Estado. Para isso vamos apoiar Valdir Pires, já que os fazendei-

ros do Estado estão apoiando Josaphá e querendo eleger seus deputados para a Constituinte. O interesse deles é acabar com a reforma agrária e descongelar os preços.

Apesar das mortes de muitos defensores da reforma agrária, da falta de leite e carne no mercado, o povo continua unido exigindo que o congelamento seja mantido e ampliado, que os sonegadores sejam punidos e a reforma agrária seja realizada para que não falte alimentos no mercado interno. (O.L.M. - Brotas de Macaúbas, Bahia)

## Operários da Philip param em Curitiba

Em agosto os 100 operários da fábrica de cigarros Philip Morris, em Curitiba, cruzaram os braços por estabilidade no emprego, equiparação salarial, fim do remanejamento de funções, melhorias na forma de pagamento dos salários, fim do trabalho aos sábados e 50% de aumento.

A greve teve adesão de 100% dos trabalhadores que, dirigidos pela CGT do Paraná, resistiram oito dias às manobras dos patrões, que fizeram de tudo pra acabar com o movi-

mento. Até pediram que a greve fosse julgada imediatamente. Mas um fato novo aconteceu. Os juizes, alegando que não tinha se esgotado o processo administrativo que precede o julgamento, não votaram pela ilegalidade do movimento, o que foi considerado uma vitória a mais dos trabalhadores.

No processo de negociações todas as reivindicações foram atendidas. Com relação ao aumento de salário a empresa se comprometeu a publicar no

dia 1º de setembro o montante dos aumentos para cada setor. A disposição é de luta caso os aumentos não correspondam às reivindicações.

Mas a maior vitória obtida pelos operários durante a paralisação foi a criação da Associação Pré-Sindical dos Trabalhadores na Indústria de Tabaco do Estado do Paraná. Foram eleitos para a diretoria da associação os companheiros mais combativos, que estiveram à frente da luta. (Tribuneiros de Curitiba, Paraná)

# Nhô Tônico, filho do regente da banda, conquista o mundo

Este é o ano de Carlos Gomes. Em 11 de julho comemorou-se o sesquicentenário do compositor erudito brasileiro, e neste mês, no dia 16, registra os 90 anos de morte do maestro.

Na noite de 19 de março de 1870, o Teatro Scala, de Milão, totalmente lotado assistia a encenação da ópera "Il guarany". Diante de dezenas de maestros-compositores, o autor volta ao palco dez, 15 vezes após a apresentação de cada ato. Era a consagração do jovem brasileiro Antônio Carlos Gomes. Verdi, que assistiu à apresentação, qualificou-o de verdadeiro gênio.

Além de várias apresentações no Brasil, algumas regidas pelo próprio compositor, "O guarani" - cujo libreto foi baseado no romance homônimo de José de Alencar - foi apresentada na Rússia, Áustria, Portugal, Dinamarca e Holanda, sempre com sucesso.

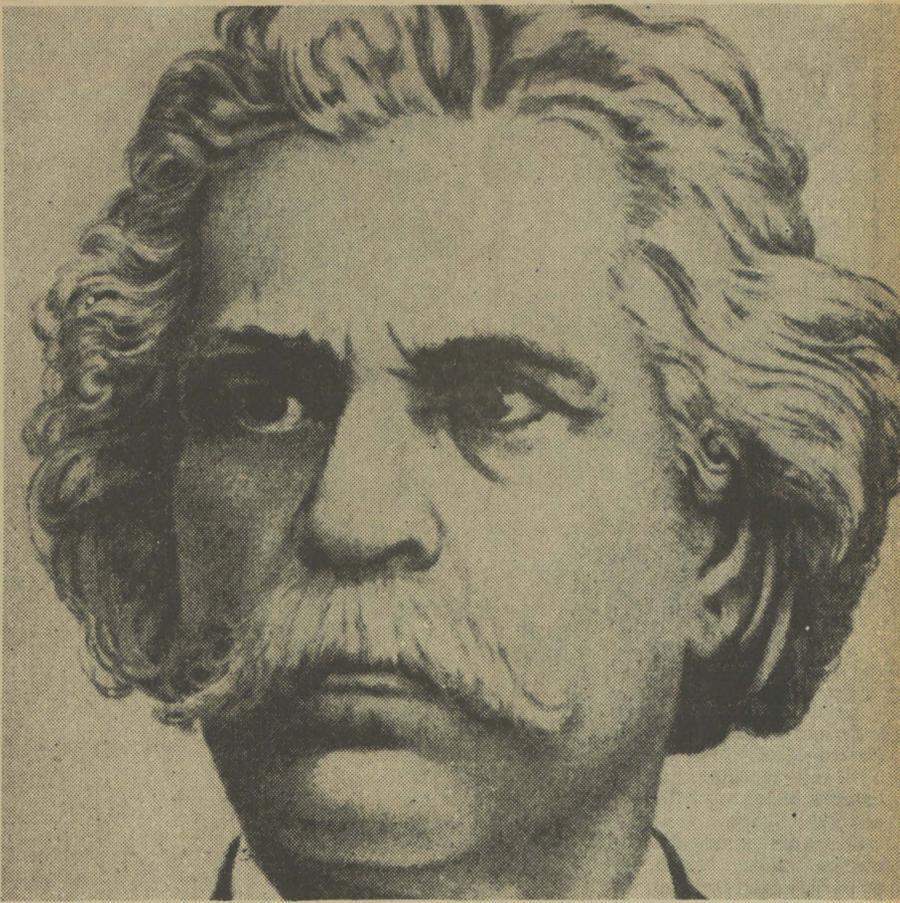
Ainda hoje o nome de Carlos Gomes merece o respeito dos brasileiros e durante muito tempo foi considerado um mito. Alguns intelectuais, por ocasião da Semana de Arte Moderna, em 1922, tentaram negar-lhe qualquer mérito, classificando sua obra de italiana, sem nenhum interesse ao Brasil. No entanto, outros estudiosos têm procurado despir a obra do compositor dos exageros e analisá-la de acordo com o momento histórico em que foi produzida e avaliar sua real importância.

### ORIGEM HUMILDE

Antônio Carlos Gomes, o Nhô Tônico, foi um dos 26 filhos de Manoel, o Maneco Músico, professor e regente de banda na Vila de São Carlos, hoje Campinas (SP). Maneco Músico procurou dar boas instruções musicais a seus filhos homens; Nhô Tônico em pouco tempo esbarrou nos limites da pequena vila e nos modestos conhecimentos musicais de seu pai. Seu talento exigia estudos mais constantes e especializados. Seu pai não tinha posses para mandá-lo para um centro maior, no caso o Rio de Janeiro. Mas o imperador Pedro II, tomando conhecimento do talento do jovem paulista, providenciou para que ele fosse matriculado no Conservatório de Música do Rio, por volta de 1860.

Em pouco tempo Gomes dá mostras de sua versatilidade. Compõe duas óperas - "A noite do castelo" (1861) e "Joana de Flanders" (1863) - que fizeram sucesso na corte. O imperador sugeriu uma bolsa para que o músico se aperfeiçoasse na Europa, e acabou ele mesmo custeando os estudos do pupilo. Em fins de 1863, Gomes desembarca em Milão onde pontificam Verdi, Bellini e Donizetti, entre outros.

"Il guarani" foi sua primeira produção na Europa e o reconhecimento foi imediato. Vie-



Carlos Gomes, além das óperas, compositor também de modinhas

ram depois várias óperas - algumas se constituíram em fracasso. Porém nenhuma se igualou à primeira.

Desde então permaneceu a maior parte de sua vida na Itália, mantido pelos bolsos pródigos do imperador - que pretendia que Gomes voltasse ao Brasil e assumisse a direção do Conservatório de Música do Rio. Mas o fim do Império - com a proclamação da República - pôs abaixo este projeto. Devido às suas ligações com Pedro II, Carlos Gomes é relegado ao ostracismo e passa a viver em condições modestíssimas.

É verdade que o marechal Deodoro convidou o músico para compor o "Hino da República". Mas Gomes considerou que aceitar tal oferta seria uma extrema ingratidão ao seu antigo protetor. Ainda compôs a ópera "Condor" (1891) e "Coral Colombo" (1892) - esta em homenagem ao IV Centenário do descobrimento da América - porém não obteve sucesso.

Em 1893, em Milão, descobriu-se acometido de grave doença (câncer na língua). Presentindo o fim próximo, comenta: "Se meu mal é de morte quero morrer no meu Brasil, e não há curas que me detenham aqui. Em 1895, convidado pelo governador Lauro Sodré, do Pará, assume a direção do Conservatório de Belém. Morreu naquela cidade, no ano seguinte, e foi homenageado no país inteiro, seu corpo sendo transladado para Campinas. (Nilton Tornero)

### Um patrimônio nacional

É impossível negar que as obras de Carlos Gomes tenham sido compostas nos moldes italianos. Há nítida influência de Verdi e, em grau menor, de Bellini e Donizetti. A linha destes compositores era praticamente "oficial". A tal ponto que, quando Gomes compôs sua "Fosca" (1873), foi criticado por ter influências de Wagner, verdadeira heresia.

Excetuando-se "O guarani" e "O escravo", suas óperas tinham seus entredos fora do Brasil. Vale salientar que nessa época a música erudita apenas engatinhava no Brasil. Em 1859, por exemplo, foram apresentadas no Rio de Janeiro 17 óperas, todas italianas.

A ópera é um gênero musical dramático e não havia nenhuma produção brasileira anterior na qual Carlos Gomes pudesse se apoiar para suas obras. Gomes cresceu entre a ópera italiana, e o fato de ter ido para a Itália prendeu-o ainda mais àqueles cânones.

Diz o compositor Bruno Kiefer: "A nosso ver, para que Carlos Gomes pudesse realizar a criação de uma música dramática em termos brasileiros, era preciso que, antes, se operassem transformações culturais muito profundas em nosso meio e muito mais amplas do que o campo de expressão musical. Pensamos que o momento histórico impossibilitou a Carlos Gomes fazer mais, neste sentido, do que fez".

Sua obra operística não é totalmente alheia aos problemas brasileiros. "Lo schiavo" (O escravo), de 1889, reflete os sentimentos antiescravistas do autor, e o tema da escravidão foi sistematicamente ignorado nas obras de nossos intelectuais. Referindo-se a "O escravo" e "O guarani", escreveu Mário de Andrade: "Terão sempre um valor simbólico, porque representam idéias raciais, idéias nacionais, tendências evolutivas da nacionalidade e, principalmente, reivindicações sociais".

Além das óperas, são de autoria de Carlos Gomes, também, diversas modinhas, estas sim populares, bastante brasileiras, bem ao estilo romântico da época. Algumas persistem na memória popular, como a célebre "Quem sabe?" ("Tão longe, de mim distante..."), composta em 1859. Mostram, além do mais, a inserção, a preocupação do compositor com o meio em que viveu.

Podemos finalizar como Bruno Kiefer: "Seria ridículo pretender forçar a natureza das coisas, atribuindo a Carlos Gomes uma capacidade criadora - em extensão e profundidade - que ele não teve. Conforme já acentuamos: o fato de trechos importantes de 'Il guarani' terem condições de sobrevivência - coisa extremamente difícil em arte -, constituindo parcelas significativas do nosso patrimônio cultural, pode nos encher de satisfação". (N.T.)



A equipe de Limeira, extinta após a conquista do Campeonato Paulista

## Limeira, termina o sonho de uma noite de inverno

Pela primeira vez na história do Campeonato Paulista de Futebol, um clube do interior termina vitorioso. A Internacional, que conquistou acesso à primeira divisão de profissionais em 1978, quebrou o tabu e levou para Limeira o título inédito. Dois dias depois, a equipe campeã começou a desintegrar-se, atraída pelos milhões dos grandes clubes da capital.

Não foi a única vez que um time do interior de São Paulo chegou às finais de um torneio importante. A Ponte Preta, de Campinas, foi finalista do Campeonato Paulista em 1977, 79 e 80, tendo perdido duas vezes para o Corinthians e uma para o São Paulo. Manteve posição destacada entre os clubes grandes porque tinha na época dois bons jogadores para cada posição.

Vendeu o central Oscar para o São Paulo e, o quarto beque Polozzi para o Palmeiras, mas tinha na reserva os novatos Juninho e Nenê, que pouco depois se transferiram também para a capital. Para o lugar de Humberto, a Ponte tinha Zé Mário, e para substituir o Rui Rei, ainda tinha Chicão. Mais tarde, em 1980 e 81, a Ponte se desfez de Carlos e Edson, que vieram para o Corinthians; Zé Mário foi vendido para o São Paulo; Chicão foi para o futebol carioca; e acabou a curta fase de glórias da "macaca".

Em 1978, outro clube do interior paulista, o Guarani, rival da Ponte em Campinas, levantou o Campeonato Nacional com uma grande equipe que também se desmontou em poucos anos. Renato e Careca foram comprados pelo São Paulo. Zenon foi para o futebol árabe, Mauro foi para o Corinthians, e também nesse caso a torcida e o time bugrinos desfrutaram por pouco tempo o espaço de grande clube.

### REPLAY

A mesma situação está se repetindo agora, e com muito mais rapidez, com a Internacional. O técnico Pepe foi contratado pelo São Paulo dois dias depois da decisão que deu a vitória aos limeirenses. O Cruzeiro de Belo Horizonte ofereceu Cz\$ 4 milhões pelo passe do avançado Kita, artilheiro do time e do campeonato com 23 gols. O Palmeiras enviou propostas para contratar o ponta Tato e o lateral João Luiz. O São Paulo quer João Batista e o Santos manifestou interesse pelo passe

do armador Gilberto Costa. O assédio dos grandes clubes ameaça fazer da Inter a campeã por uma noite, por mais que os seus dirigentes aleguem o contrário, já que os próprios jogadores se mostram os primeiros interessados em transferências e contratos que rendam as fortunas que só os verdadeiros grandes clubes lhes podem pagar.

Não há mais vagas na estrutura do futebol profissional para novos grandes clubes, da mesma forma que não há mais cadeiras na mesa da divisão internacional de capital para os sofridos países de capitalismo dependente. O capitalismo não prevê, não permite e não tolera este tipo de generosidade nem nas pequenas e nem nas grandes questões.

Os analistas mais apressados conseguem ver no êxito de um clube interiorano o início de uma "nova fase da história do futebol". Baseiam tal cálculo nas palavras de cartolas e políticos das cidades de São Paulo que, feridos em sua vaidade, prometem apoio e investimento de verbas no futebol para repetir a façanha de Limeira.

Sonhos de uma noite de fim de inverno. Nada deve mudar significativamente, como não tem mudado desde 1903, quando foi disputado o primeiro Campeonato Paulista. No máximo um novo aspirante a grande clube ganhará um campeonato daqui a dez anos, e receberá as faixas com a equipe reserva, enquanto os campeões posam com a jaqueta dos novos patrões. (Jessé Madureira)



Pepe, agora no São Paulo

## Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-751 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simão Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - Juazeiro: Rua América Alves, 6-A - CEP 44060. Paraíba: Rua Pereira Moineri, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500. Sergipe: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 71100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARÁIBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88. Fone: 253-7961. CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barros, 144 - N. 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vígário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrade

Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravira, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avejar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições)	<input type="checkbox"/>	Cz\$ 260,00
Anual popular (52 edições)	<input type="checkbox"/>	Cz\$ 130,00
Semestral (26 edições)	<input type="checkbox"/>	Cz\$ 130,00
Semestral popular (26 edições)	<input type="checkbox"/>	Cz\$ 65,00
Trimestral (13 edições)	<input type="checkbox"/>	Cz\$ 33,00
Anual para o exterior (dólares)	<input type="checkbox"/>	US\$ 70

Nome: .....  
Endereço: .....  
Bairro: .....  
Cidade: ..... CEP: .....  
Estado: .....  
Profissão: .....  
Data: .....

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Impasse na greve dos bancários

Apesar da adesão no dia 11, greve enfrentou a truculência dos banqueiros e da polícia

A greve nacional dos bancários, iniciada na manhã do dia 11 com a massiva e entusiástica participação da categoria, pode ter um fim negativo. Com a diretoria do sindicato e a assembléia divididas, os bancários paulistas aprovaram manter a paralisação "a todo custo". Mas o balanço nacional indica que vários bancos voltam a funcionar na sexta-feira.

A paralisação unificada dos bancários (cerca de 800 mil no Brasil) foi deflagrada na maioria dos Estados com grande coesão e disposição de luta. Somente no Mato Grosso do Sul, Amazonas e no Pará (onde a direção sindical tumultuou a assembléia) é que ela foi rejeitada. No restante do país a adesão foi de 80% da categoria - segundo avaliação do comando nacional do movimento.

No entanto, no decorrer da própria quinta-feira se verificou um certo esvaziamento da greve. De acordo com informações do comando nacional, em vários Estados os bancos voltaram a funcionar no final da tarde. Os funcionários do Banco do Brasil e de muitos bancos estatais decidiram, em reuniões isoladas, retornar ao trabalho no dia seguinte. Além disso, o Tribunal Regional do Trabalho decretou a ilegalidade da greve no Rio de Janeiro. E em todo Brasil a repressão policial tenderia a aumentar se a paralisação fosse mantida.

Com base nesses dados, que foram apresentados na assembléia da capital paulista, o comando nacional propôs um "reco na greve hoje para avançarmos amanhã". Segundo sua avaliação, os banqueiros jogavam no desastre do movimento; o governo pretendia endurecer ainda mais e o próprio meio bancário já estava dividido - com parcela significativa desejando o retorno ao trabalho.

Mas em São Paulo o movimento venceu grande parte dos presentes. Dividida a assembléia de quinta-feira, bem menor que a de quarta, preferiu prosseguir a greve "até a vitória final". A própria diretoria do sindicato, que é um dos polos dinâmicos da central petista, se dividiu. "Vamos acatar a decisão da assembléia, mas a tendência é a greve se tornar um fiasco", comentou um diretor petista descontente. Segundo ele, as reuniões dos funcionários do Banco do Brasil e do Banespa - os dois bancos mais organizados da capital - já haviam decidido pelo retorno ao trabalho. E no restante do país, a tendência era o fim da greve.

## POR QUE ESVAZIOU

Vários fatores contribuíram para o esvaziamento da greve dos bancários. Em primeiro lugar, os arrogantes banqueiros jogaram desde o início no impasse. A Fenaban (sindicato patronal) rejeitou inclusive a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo: aumento de 5,8% mais IPC integral.

Outro fator é que a paralisação não contou desde o início com o entusiasmo dos funcionários dos bancos estatais, principalmente do Banco do Brasil. Estes, que na greve do ano passado formaram a vanguarda do movimento, vêm sofrendo forte repressão interna nos últimos meses. O Banco do Brasil já cortou o comissionamento dos bancários, as horas-extras, e ameaça demitir. Esta situação inibiu os funcionários das estatais.

Destaca-se também o ingrediente da repressão policial. Seguindo ordens do ministro Brossard, a polícia agiu pesado contra a greve. Sob o comando da Polícia Federal, os soldados provocaram, desativaram a infraestrutura da mobilização e ainda promoveram algumas pancadarias. Em São Paulo, uma bomba de gás lacrimogêneo na rua 24 de Maio feriu gravemente um bancário. Mais de 200 pessoas foram presas. O próprio governador Montoro admitiu à direção sindical que não consegue controlar a ação da PM.



Os piquetes no centro velho de São Paulo reuniram milhares de bancários, garantindo o êxito inicial da greve

## PF comanda com fúria a repressão aos grevistas

Nas primeiras horas da manhã de quinta-feira, dia 11, no maior centro financeiro do país, o chamado "centro velho" da capital paulista, já ficou evidente que os bancários repetiriam a dose do ano passado. A greve nacional, aprovada na noite anterior, obtinha a adesão maciça e empolgada da categoria. A forte presença da PM não intimidou os grevistas.

Às 7:30 horas milhares de bancários já se encontravam nos logradouros centrais da capital, como as ruas Boa Vista e XV de Novembro. "Não vim aqui para trabalhar, mas sim para dar uma força no piquete", raciocinavam todos que engrossavam as "comissões de esclarecimento" nas portas dos bancos. Estas tiveram pouco trabalho para convencer os funcionários mais vacilantes ou peitar os chefes puxa-sacos.

A adesão à greve nacional unificada foi geral. Segundo cálculos da diretoria do sindicato, logo pela manhã mais de 70% da categoria (que tem 147 mil trabalhadores) não entraram nos

estabelecimentos bancários. Ederaldo de Oliveira, diretor da entidade sindical, não continha seu entusiasmo. Sem dormir e comandando uma comissão de esclarecimento, afirmava: "O pessoal está alegre, está mostrando novamente sua força".

### PF RAIVOSA

Mesmo a presença ostensiva da polícia nas ruas não esmoreceu o ânimo dos grevistas. Orientada diretamente pela Polícia Federal, segundo confessou um comandante da PM na rua Líbero Badaró, a cavalaria e a tropa de choque fizeram várias provocações. Impediram a utilização de faixas da greve e

detiveram todos os carros de som do sindicato.

O único veículo que se safou da perseguição policial foi uma veraneio, na porta do Itaú da rua Boa Vista. Às 13 horas os soldados tentaram apreendê-la mas centenas de bancários se concentraram no local e impediram a arbitrariedade. Depois, aos gritos de "polícia é prá ladrão, abaixo a repressão", os bancários fizeram os soldados recuar.

Apesar do expressivo contingente de soldados nas principais concentrações de bancários, não houve nenhum grande choque com os grevistas. Segundo orientação da assembléia na noite anterior, os trabalhadores evitaram ao máximo as provocações da repressão. Mesmo assim, cerca de 60 ativistas foram detidos até as 13 horas, entre eles dois diretores do sindicato. Os agentes da Polícia Federal, a mando do ministro Brossard, eram os mais raivosos contra os grevistas.

Segundo informações de uma assessora da secretária do Trabalho, Alda Marco Antônio, "a PF é que está comandando a repressão, mesmo se contrapondo às orientações do secretário de Segurança e do governador". Poucos dias antes da paralisação, o comando nacional da greve visitara o secretário Eduardo Muylaert e o comandante do II Exército. Ambos garantiram que o "aliciamento pacífico" está previsto na Constituição e que ninguém seria reprimido em função disto. "Parece que a PF esqueceu esta orientação", ironizou a assessora.

### GRANDE MATURIDADE

Durante toda a manhã de quinta-feira, a categoria deu inúmeras provas de sua maturidade. Além de não aceitar as provocações da polícia, enfrentou também o jogo sujo de alguns banqueiros. Segundo Ederaldo, "vários chefes se misturaram aos grevistas para provocar. Um deles, em frente ao Unibanco, chegou a incitar um quebra-quebra. Mas nenhum bancário caiu na jogada, que só aumentaria a repressão da PM".

## Brossard não agradou

O iracundo pronunciamento antigrevista do ministro da Justiça, Paulo Brossard, repercutiu mal inclusive nos meios do PMDB - o partido de Brossard. O candidato peemedebista ao governo de São Paulo, Orestes Quércia, torpedeou-o em entrevista com uma defesa dos trabalhadores recorrerem à greve. "Boicote ao Plano Cruzado está sendo feito não pelos trabalhadores, mas por determinados empresários que estão burlando o congelamento por meio da sonegação e da prática do ágio" - afirmou o candidato, que vem apontando as vacilações do governo em aplicar a Lei Delegada nº 4 contra a indústria do ágio e das remarcações.

O presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, por sua vez, afirmou não ter ouvido o pronunciamento de Brossard, porém foi



Ulysses e Quércia apontam quem sabota

igualmente incisivo: "É inadmissível - disse Ulysses - que o governo tenha 'cuidados' e advirta os trabalhadores, no sentido de que não tenham pretensões salariais que possam acionar a inflação, enquanto os agiotas agem impunemente". Quer dizer: Ulysses não ouviu, mas também não gostou.

Na Câmara dos Deputados, em Brasília, entre diversos pronunciamentos em tom crítico, o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, frisou que Brossard "identificou erroneamente os adversários do Plano Cruzado, que são, na realidade, os grandes empresários".

## CUT dificulta unidade

A vibração da assembléia dos bancários paulistas que decretou a greve acabou encobrindo um incidente lamentável nos bastidores. Setores da central petista, que dirigem o sindicato de São Paulo, tentaram impedir a Central Geral dos Trabalhadores de dar seu apoio ao movimento grevista. Logo no início da assembléia, deram a palavra a dois dirigentes da CUT; mas se recusaram a conceder o mesmo direito à CGT - que também participa do comando da greve, através de várias entidades filiadas. Só depois de muita discussão e já no final da reunião, quando esta se esvaizava, é que os cutistas recuaram.

Em seu discurso, Luís Antônio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que falou em nome da CGT, criticou

duramente a postura da CUT: "Temos que acabar com essa estreiteza. A greve não é da CUT e nem da CGT. Ela é de todos os bancários, unidos. Nosso inimigo é o banqueiro, é o ministro Brossard que foi à TV atacar todo o movimento sindical. Falo aqui contra o sectarismo, contra a partidarização, e pela unidade dos trabalhadores. Só assim obteremos vitória".

A forte e justa reação do representante da CGT acabou gerando novos incidentes. Petistas vaiaram e um deles chegou a empurrar Luís Antônio no próprio palanque. Numa prova cabal do sectarismo cego, Expedito Soares, deputado do PT, ainda tentou justificar a posição cutista: "O sindicalismo está dividido. Agora é olho por olho e dente por dente", disse.



A cavalaria, sob comando da PF, fez inúmeras provocações